

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NATUREZA
E CULTURA E NA AMAZÔNIA

A RELAÇÃO HOMEM - NATUREZA NAS FORMAS DE USO E
PROPRIEDADE DA TERRA NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO BASEADO
NAS COMUNIDADES DO ASSENTAMENTO IPORÁ.

DÉBORA CRISTINA BANDEIRA RODRIGUES

Manaus
2001

DÉBORA CRISTINA BANDEIRA RODRIGUES

A RELAÇÃO HOMEM - NATUREZA NAS FORMAS DE USO E
PROPRIEDADE DA TERRA NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO BASEADO
NAS COMUNIDADES DO ASSENTAMENTO IPORÁ.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Natureza e Cultura na Amazônia da Universidade do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Natureza e Cultura na Amazônia. Área de concentração: Sociedade, Estado e mudanças estruturais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Elenise Faria Scherer

Manaus
2001

DÉBORA CRISTINA BANDEIRA RODRIGUES

A RELAÇÃO HOMEM - NATUREZA NAS FORMAS DE USO E
PROPRIEDADE DA TERRA NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO BASEADO
NAS COMUNIDADES DO ASSENTAMENTO IPORÁ.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Natureza e Cultura na Amazônia da Universidade do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Natureza e Cultura na Amazônia. Área de concentração: Sociedade, Estado e mudanças estruturais.

Aprovada em julho de 2001

BANCA EXAMINADORA

Pro^a. Dra. Maria do P. Socorro Rodrigues Chaves
Universidade do Amazonas

Prof^o. Dr. Henrique Pereira
Universidade do Amazonas

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu esposo Joel, presente de Deus para minha vida e a minha filha Jael pela benção que tem sido nas nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

Este é um momento precioso de (re)lembrar parte da minha trajetória no curso de Mestrado Natureza e Cultura na Amazônia - MNCA, (re)memorar todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o término deste trabalho com êxito.

Agradeço em primeiro lugar a Deus Pai de infinita misericórdia, criador de todas as coisas, que tem me sustentado em todos os momentos da minha vida e a quem dou o mérito e Graças pela conclusão deste trabalho.

Muitas pessoas participaram nesta trajetória rumo ao aperfeiçoamento de minha qualificação profissional e todas estão gravadas em minha memória e coração. Foram construções de amizades e relações que vão para além do companheirismo acadêmico-profissional, marcando de modo especial este momento, da minha história.

Não quero correr o risco de esquecer alguém. Assim, agradeço a todos os colegas da primeira turma do MNCA (1998) pela amizade e companheirismo dispensados ao longo do curso, bem como a todo o corpo docente do mestrado pelo apoio, incentivo e, sobretudo, pelos conhecimentos científicos compartilhados de forma tão competente.

No entanto, preciso agradecer nominalmente algumas pessoas sem as quais este trabalho, efetivamente, não estaria sendo concluído.

A minha orientadora Profa. Dra. Elenise Faria Scherer, pela orientação no processo de construção e produção do conhecimento científico;

A Prof. Dra. Socorro Chaves, amiga de muitos momentos compartilhados de aprendizagem profissional e intelectual;

Aos membros das comunidades Nova União e Manapólis pela valiosa colaboração para o desenvolvimento deste trabalho;

Às amigas e irmãs em Cristo Francileide Moreira e Suzana Costa pelas orações e pelo apoio concreto no desenvolvimento da pesquisa de campo;

À amiga de turma, de estudo e de movimento estudantil Adriana Andrade da Encarnação pelo sempre presente companheirismo e amizade dispensada ao longo de todos estes anos de amizade;

Ao mais "novo" amigo Ricardo Ossame pelos momentos compartilhados na representação estudantil e nas discussões diversas;

Ao casal Rubéns e Jucinara Rodrigues pelo apoio logístico, sem o qual este trabalho não teria sido concluído;

À amiga e irmã Jucicleide Rodrigues. Você tem sido uma benção de Deus na minha vida e na vida da minha filha. Jamais vou poder retribuir o que você tem sido e feito por nós.



EPÍGRAFE

*"Deus é o nosso refúgio e fortaleza, socorro bem
presente na hora da angústia."*

Sl 46,1

SUMÁRIO

i.	Dedicatória	
ii.	Agradecimentos	
iv.	Epígrafe	
v.	Sumário	
vii.	Resumo	
Viii.	Abstract	
ix.	Relação de gráficos e tabelas	
Introdução		12
CAPÍTULO I	A Questão Agrária no Brasil, a Política de Reforma Agrária e a formação dos segmentos rurais, suas lutas pela propriedade e uso da terra.....	16
1.	A Questão Agrária Brasil: um breve resgate histórico.....	17
1.1.	Mobilizações e organizações no campo.....	26
1.2.	Reforma Agrária no Brasil.....	32
1.3.	Assentamentos de Reforma Agrária: espaços plurais de organização	44
CAPÍTULO II	Amazônia: singularidades, natureza, cultura, sujeitos sociais e as implicações impostas pela Questão Agrária.....	49
2.	Amazônia e suas peculiaridades: população, natureza e cultura.....	50
2.1.	As populações indígenas.....	53
2.2.	Amazônia e suas populações: uma história de diversidade sócio-cultural.....	55
2.2.1.	A emergência das populações caboclas.....	57
2.2.2.	Os migrantes na Amazônia.....	59
2.2.3.	A convergência dos diferentes segmentos sociais da Amazônia: a constituição do segmento de pequenos produtores rurais empobrecidos.....	61
2.3.	Questão Agrária na Amazônia: uso e propriedade da terra.....	62
2.3.1.	Reforma Agrária na Amazônia.....	72
CAPÍTULO III	O estudo de caso do Assentamento de Reforma Agrária Iporá: relação homem – natureza.....	72
3.	A constituição do Assentamento de Reforma Agrária Iporá.....	72
3.1.	Os assentados do Iporá: suas origens e trajetórias.....	78
3.2.	A chegada ao Iporá e o confronto com um novo contexto.....	84
3.2.1.	As condições de permanência: limites e possibilidades.....	88
3.3.	Dinâmica interna do Iporá: as relações sócio-culturais de produção e uso da terra.....	93
3.3.1.	Atividade produtiva e cultura	98
3.3.2.	Manejo dos recursos naturais: saberes tradicionais e conhecimentos apreendidos.....	102

CAPÍTULO IV	Amazônia: (re)construção da relação homem-natureza.....	105
-------------	---	-----

Bibliografia.....	109
Apêndices	114
Anexos.....	115

Gráficos

01.....	80
02.....	81
03.....	84
04.....	92

Quadros

01.....	82
02.....	105
03.....	116

RESUMO

O presente trabalho aborda a relação homem - natureza na Amazônia com base no estudo de caso do Assentamento de Reforma Agrária Iporá. A análise centra-se no estudo das formas de uso e propriedade da terra, a partir da trajetória de vida dos assentados. Entendendo que as formas de relação homem-natureza hoje configuradas na Amazônia são resultado de construção histórico – social. Para o desenvolvimento de tal abordagem, tomou-se como referência o marco histórico da Questão Agrária no Brasil e na Amazônia, bem como a constituição dos diferentes segmentos sociais no campo durante o processo de uso e propriedade da terra. Buscou-se, ainda, perceber as implicações impostas pela Questão Agrária na Amazônia, tendo em vista as singularidades quanto à população, natureza e cultura.

Palavras-chave: Homem; Natureza; Cultura; Amazônia; Uso e propriedade da terra; Trajetórias de vida; Questão Agrária.

ABSTRACT

The present work approaches the relationship man - nature in Amazônia with base in the study of case of the Establishment of Agrarian Reform Iporá. The analysis is centered in the study in the use ways and property of the earth, starting from the trajectory of the people's life. Understanding that, the forms of relationship man-nature that today are configured in Amazônia, they are resulted of historical construction - social of the men in society in the establishment of its social relationships.

For the development of the work, it was taken as reference the historical marks of the agrarian subject in Brazil and in Amazônia, as well as the constitution of the different social segments in the field, in the use process and property of the earth. It was looked for, still, to notice the implications imposed by the agrarian subject in Amazônia, tends in its view singularities as the population, nature and culture.

RELAÇÃO DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 01: Origem dos assentados

Gráfico 02: Origem dos assentados

Gráfico 03: Sempre trabalhou na agricultura

Gráfico 04: Pretensão de saída da área

Quadro 01: Origens e trajetórias

Quadro 02: Períodos de preparação do roçado

Quadro 03: Perfil das entidades político-organizativas na comunidade

(Anexo – B)

INTRODUÇÃO

A discussão em torno das questões referentes à relação homem-natureza na Amazônia tem adquirido centralidade nos debates e discussões acadêmicas¹ nas últimas duas décadas. A abordagem desse tema nas diferentes áreas do saber científico (Antropologia, Sociologia, Agronomia, entre outros) tem assumido diferentes matizes, sendo que cada uma delas tem trazido contribuições importantes para o debate.

O presente estudo, baseado no referencial teórico-metodológico das Ciências Sociais, busca, em que pese seus limites, se inserir neste campo do debate a medida em que se propõe desenvolver uma reflexão sobre a relação homem-natureza na Amazônia, tendo por base as formas de uso e propriedade da terra, a partir das trajetórias de vidas dos assentados do Iporá².

Para apreender esta relação em um assentamento de reforma agrária na Amazônia, fez-se necessária a compreensão dos principais marcos históricos da constituição da questão agrária brasileira e sua expressão na Amazônia, bem como dos diferentes segmentos sociais envolvidos na discussão, por se compreender que as formas de relação homem-natureza que se nos apresentam hoje são resultado da construção histórico-social dos homens no estabelecimento de relações entre si e com a natureza.

O estudo desenvolvido baseia-se na minha experiência no grupo de pesquisação transdisciplinar de *Tecnologias Alternativas*³, no desenvolvimento do projeto intitulado *Tecnologias Alternativas para o meio ambiente rural: aspectos técnicos e socioeconômicos*”, financiado pelo Programa Trópico Úmido/MCT/CNPq com os pequenos produtores do Iporá.

¹ Morán, Diegues (1996), Edna Castro, Gonçalves (1996), entre outros.

² O Assentamento Iporá, criado em 19/04/90, faz parte do Programa de Reforma Agrária no Amazonas, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com área de 20.929 ha.

³ Formado por professores, profissionais e acadêmicos das áreas de Serviço Social, Engenharia Elétrica e Engenharia Civil da Universidade do Amazonas.

O estudo de caso (capítulo III) responde ao interesse de efetuar uma abordagem mais aprofundada no contexto específico das comunidades Nova União e Manapólis, sem contudo fazer generalizações do tema em discussão, tendo em vista a limitação do escopo do trabalho.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho tem suas bases num conjunto de técnicas de investigação científica: observação direta e participante; análise documental; aplicação de formulários e entrevistas e técnicas de abordagem de grupo.

Os informantes desta pesquisa foram selecionados tendo em vista a participação efetiva no desenvolvimento das atividades do projeto de Tecnologias Alternativas, configurado-se como informantes-chave (líderes, professores, parteiras, agentes de saúde) e comunitários em geral.

A coleta de dados obedeceu a três momentos, assim sequenciados.

- ✓ A primeira etapa da pesquisa de campo deu-se com a aplicação de um formulário, que se constituiu num pré-teste do instrumental, com questões qualitativas e quantitativas.
- ✓ Na segunda etapa, foram desenvolvidas algumas técnicas de abordagem de grupo⁴, aliadas à técnica de utilização de gravador para coleta de dados.
- ✓ Na terceira etapa, foram realizadas duas entrevistas gravadas, com roteiro semi-estruturado, sendo que esta técnica foi trabalhada de maneira conjunta à técnica de Depoimento Pessoal. Esta, enquanto técnica concentra-se *sobre um lapso de tempo mais reduzido* (Queiroz, 1983:148), o que permite a apreensão de um número maior de informações e detalhes a respeito do fato que se pretende pesquisar.

⁴ Foram utilizadas três técnicas de abordagem de grupo (ver Apêndice 01) a fim de captar: momentos de suas trajetórias de vida, os mais significativos que emergem em seus discursos: o primeiro momento de chegada ao assentamento, a percepção da área e dos lotes e, por fim, a relação que estabelecem com a natureza, procurando identificar as estratégias de sobrevivência encontradas pelos assentados na área.

O material coletado, através desta técnica, diz respeito aos momentos considerados de maior relevância e significado para os assentados em suas trajetórias de vida. Em alguns momentos da fala se pôde perceber uma maior atenção e detalhamento por parte do informante quanto a determinados acontecimentos da vida, o que nos leva a entender este momento como possuidor de grande significado para o entrevistado.

Por meio das falas dos assentados em que se revelam momentos de suas trajetórias de vida procurou-se observar as relações sociais que eles estabelecem com a natureza e, ao mesmo tempo, foi possível conhecer o modo de pensar desse grupo social num assentamento amazônico.

A fim de proceder à discussão do tema proposto, esta dissertação está sequenciada em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, procedeu-se a uma abordagem dos aspectos históricos da Questão Agrária no Brasil com o intuito de identificar os determinantes relativos à propriedade e uso da terra, e à constituição dos diferentes segmentos sociais, tratando em seguida da Reforma Agrária como resposta do poder público aos diversos conflitos em torno da luta pela propriedade da terra. Esta breve reconstituição faz-se necessária para subsidiar a discussão da relação homem-natureza na Amazônia a partir das referências históricas da Questão Agrária e da formação dos diferentes segmentos sociais no Brasil.

No segundo capítulo, procurou-se identificar os diferentes segmentos sociais de pequenos produtores familiares empobrecidos que vivem na região amazônica, as singularidades regionais relativas à cultura e à relação dos homens com a natureza, bem como os aspectos da propriedade e uso da terra no contexto de uma realidade regional.

O terceiro capítulo é dedicado ao estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá enquanto *locus* de investigação da relação homem-natureza na propriedade e uso da terra pelos pequenos produtores familiares rurais

No quarto capítulo, constam as considerações gerais sobre o tema abordado, com as conclusões a que se chegou a partir dos objetivos inicialmente propostos.

CAPÍTULO I – A Questão Agrária no Brasil, a Política de Reforma Agrária e a formação dos segmentos rurais, suas lutas pela propriedade e uso da terra

Neste capítulo são abordados aspectos históricos da constituição da Questão Agrária no Brasil em relação à propriedade e uso da terra, à formação dos diferentes segmentos sociais e à política de Reforma Agrária como resposta aos conflitos na luta pela propriedade da terra.

O objetivo desta abordagem é estabelecer, de forma breve, as referências históricas necessárias para a análise da relação que se estabelece entre o homem e a natureza na Amazônia, mais especificamente na relação social de propriedade e uso da terra. O *locus* de apreensão de tais determinações históricas será o Assentamento de Reforma Agrária Iporá, no qual se fez um estudo de caso baseado na trajetória de vida dos assentados.

Pretende-se, dessa forma, contribuir nas discussões e estudos que vêm sendo realizados de forma mais crescente nos últimos anos em torno da relação homem – natureza na Amazônia, sendo que este estudo dá ênfase à relação homem-natureza e as formas de uso e propriedade da terra a partir das trajetórias de vida dos assentados do Iporá.

Para desenvolver esta proposta, o capítulo está sequenciado em três partes. Na primeira, apresenta-se um breve resgate histórico da Questão Agrária no Brasil, as mobilizações e organizações no campo. Na segunda parte, discute-se a Reforma Agrária, suas concepções e práticas no Brasil, sobretudo a partir da década de 30. Por último, coloca-se em discussão o papel dos Assentamentos de Reforma Agrária, podendo ser estes visualizados, contraditoriamente, enquanto espaços de organização e luta por direitos sociais.

1. A Questão Agrária no Brasil: um breve resgate histórico

Para efetuar o resgate histórico, é importante explicitar que será feita apenas uma abordagem dos momentos que se constituíram como *marcos de referência* da Questão Agrária no Brasil, sem adotar uma sequência histórica cronológica na sua totalidade, dando ênfase aos períodos nos quais os fatos históricos desencadearam processos e mudanças na trajetória de constituição dos segmentos rurais relacionados à propriedade e uso da terra.

A constituição histórica da propriedade da terra no Brasil tem contribuído para, e até certo ponto determinado, as formas de relações sociais e de produção no campo, bem como para a constituição dos segmentos sociais no cenário rural brasileiro.

A questão agrária brasileira teve sua gênese no processo histórico de ocupação de suas terras. Data dos 30 anos após o "descobrimento", a doação de grandes extensões de terras a particulares, que mais tarde ficou conhecida como Sesmarias⁵.

A "Carta de Sesmarias" exigia dos ocupantes da terra seu efetivo aproveitamento econômico. A não-observância desta obrigação implicaria na devolução das terras recebidas, o que se constitui em um dos aspectos pelos quais passam a ser chamadas "terras devolutas"⁶.

Com essa exigência, no intuito de aproveitar economicamente a terra, conforme explica Silva (1994), emerge a necessidade de grande número de mão-de-obra, o que leva à constituição dos latifúndios escravistas, que passam a ter como finalidade básica a produção para exportação.

Para o referido autor, as atividades produtivas da colônia neste período, 1800, eram alicerçadas na agricultura e no comércio, ocasiões em que se importavam os produtos industrializados. Vale ressaltar que a produção dependia dos interesses da metrópole e dos preços de mercado dos produtos exportados.

⁵ Sesmaria-sistema originado a partir do antigo sistema português de concessão de terras, embasado em Lei Régia do Século XIV. Reforma Agrária brasileira – síntese histórica e impasse atual. Raul David do Valle Júnior. Perspectiva – Revista da Fundação SEAD, São Paulo, Volume 11, Nº 2, p.35-41, Abril-Junho/1997.

Neste contexto, o latifúndio escravista torna-se a base das relações de produção, o eixo de atividades econômicas sobre o qual se mantinha a colônia, definindo dessa forma duas classes sociais básicas: os senhores e os escravos. Ao mesmo tempo, existia uma massa heterogênea da população que não era formada de senhores, essa massa era constituída pelos negros libertos, índios e mestiços que realizavam diversas atividades econômicas de pequeno porte, a fim de garantir sua própria subsistência⁷.

Nessa massa heterogênea, são identificadas características que irão formar os primeiros pequenos agricultores⁸, que ocupavam esparsos pedaços de terra, onde produziam para a manutenção da família, além de venderem nas feiras da cidade parte da produção excedente (Silva,1994).

No período colonial, quem não tivesse "sangue limpo", que fosse bastardo (filhos nascidos fora do casamento) ou mestiço de branco e índio era excluído da herança ou da possibilidade de se constituir sesmeiro. Assim, Martins (1990) afirma a existência de um terceiro grupo, inserido também na grande massa heterogênea da população que não era senhores e que vai engrossar e diferenciar o campesinato brasileiro durante o período colonial: o dos excluídos e empobrecidos pelo morgadio⁹.

O regime de Sesmaria prevaleceu até 1822, quando foi revogado pelo Príncipe Regente. A partir deste ato, o país passou por três décadas sem regulamentação no que diz respeito à aquisição de terras. Assim sendo, prevaleceu o regime de posse, onde cada um ocupava o que podia ou considerava conveniente (Martins,1990). Porém, o sistema de morgadio só foi extinto no Império, em 1835.

Importa ressaltar que a classe dominante deste período, ao revogar a prática daquele sistema, possuía uma preocupação política: impedir a formação de uma aristocracia fundiária que poderia monopolizar o Senado do Império com base nos

⁶ Este termo designa terras públicas ou não tituladas. Do Valle Júnior, 1997.

⁷ Idem.

⁸ Ver Martins (1990) e Silva (1994).

⁹Que consistia em tornar o primogênito herdeiro legal dos bens de um fazendeiro. Isto colocava os demais herdeiros

direitos hereditários.

O fim do morgadio caracterizou-se como uma das formas de resistência à quebra das relações de privilégio existentes, através da prática de casamentos intrafamiliares. Buscou-se garantir aos fazendeiros a permanência do monopólio de classe sobre a terra, assim como sobre os escravos e agregados. Contudo, essa prática não impedia a abertura de novas fazendas, a constituição de novas propriedades mediante a simples ocupação e uso da terra.

Neste sentido, o morgadio aponta uma das mais importantes condições do regime de sesmarias: "*a formulação de critérios que impedissem a fragmentação da fazenda e a fragmentação da família*" (Martins,1990:33). Uma outra estratégia utilizada para assegurar as referidas condições foi o recurso de manutenção das terras indivisivas, utilizadas em comum entre os herdeiros¹⁰.

Neste mesmo período, foi se constituindo uma massa de excluídos, sendo que esta era diferenciada. O branco que foi deserdado pelo morgadio poderia abrir sua posse de terra própria, obtendo desta forma sua sesmaria. Um mestiço também poderia abrir sua posse. Contudo, devido a tradicional exclusão imposta ao impuro de sangue, este dificilmente se tornaria um sesmeiro, podendo ser expulso da área que ocupava a qualquer momento por um fazendeiro.

O fazendeiro legitimava a posse da terra através do título de sesmeiro, ao contrário do campesinato¹¹ formado pelo conjunto de produtores rurais pobres (sejam brancos, deserdados, índios, negros libertos ou mestiços), uma vez que os direitos destes se efetivavam em nome do fazendeiro. Neste caso, "*a concessão de sesmaria tinha procedência legal sobre os direitos de posseiros*" (Martins,1990:35). O direito à posse e uso da terra era assegurado pelas desigualdades de direitos existentes entre o fazendeiro e o camponês pobre.

em situação de agregados do patrimônio herdado com base na primogenitura.

¹⁰ Baseava-se no consenso sobre limites e direitos aproximados de cada herdeiro (Martins, 1990).

¹¹ O termo camponês designa o lugar social do sujeito sobre o qual se fala, entendido este enquanto estrutura da sociedade, "*por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico*" (Martins, 1990:22).

Dessa forma, os camponeses que viviam agregados¹² somente tinham direitos reconhecidos como extensão dos direitos do fazendeiro. A terra era uma concessão deste, entendida enquanto questão privada e não pública. O agregado não era um escravo ou um servo do fazendeiro. O código que regulava a relação fazendeiro-agregado era outro. Esta relação era essencialmente de troca de serviços e produtos por favores. Uma das formas de retribuição do agregado para o fazendeiro era a defesa do direito deste de assenhorear-se de mais terras, de lutar com o fazendeiro ou sesmeiro vizinho por ampliação da sua área de terra. Desta forma, conseguia defender seu direito de permanecer na terra que lhe era concedida. Nesta conjuntura histórica, o que se pode perceber é que a luta dos agregados enquanto excluído de direitos à propriedade da terra é sempre a luta do que possui os direitos de assenhorear-se, entendendo-se que *"a sua luta é a luta do outro"*.¹³

As relações sociais de produção entre fazendeiro e agregado, ou morador, conforme afirma Martins, eram tidas ainda como extra-econômicas, feudais, tendo como referência ainda a "morada de favor", a morada em terra do outro sem pagamento da renda. Esta era uma prática corrente no Nordeste e em outras regiões do país. Subjacente a esta morada de favor encontram-se duas relações distintas entre si:

"a do verdadeiro agregado, o mestiço, excluído do direito de propriedade e de herança, e a do parente, do membro da família, que o morgadio excluiu da herança e que no entanto permaneceu na terra, como era costume, até empobrecendo-se ao longo das gerações e do tempo" tempo" (Martins,1990:36).

Na perspectiva posta por Martins (1990), esta morada de favor vai envolver uma relação de troca que inclui e ultrapassa o trabalho e as relações de trabalho, uma vez que a concepção de favor envolve não apenas produção material, mas a própria lealdade das partes, sendo estabelecida com base num código de honra, que rege as

¹² Agregado é quem mora na propriedade de um grande fazendeiro, podendo fazer sua roça e tendo obrigação de prestar serviços ao proprietário, como trabalhador ou capanga. Martins,1990.

¹³ Ibidem, p.36

relações entre um e outro. Assim, essa relação não consistia em simples troca de coisa por coisa, como costuma ocorrer nas trocas comerciais características. As relações que se estabelecem nestes espaços assumem novas configurações, construídas pelos sujeitos envolvidos de forma peculiar a cada localidade, região, obedecendo aos códigos culturais (como as trocas não monetárias) dos sujeitos envolvidos.

A troca realizada neste tipo de relação envolvia um conjunto de relações, desde a cessão da terra em troca de parte dos gêneros alimentícios produzidos, a lealdade recíproca, as práticas religiosas e de compadrio, por meio do qual o agregado deixava seu filho sob a proteção ou guarda do fazendeiro, estabelecendo uma teia de relações invioláveis, sendo este um dos causadores do empobrecimento da população e de acirrados conflitos familiares que duraram longos anos.

Pode-se afirmar que, no período colonial, o camponês foi duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo. No entanto, a exclusão das relações de propriedade não o excluía do espaço da propriedade, podendo permanecer no espaço da fazenda, trabalhando para o latifundiário.

Ao camponês, enquanto agregado, cabiam funções que, ao mesmo tempo em que eram complementares ao trabalho escravo, eram essenciais para uma economia baseada no trabalho escravo. Em geral, estes ficavam responsáveis pela formação da fazenda (em média cinco anos), do cafezal e em troca poderiam plantar entre os fazendeiros de café os gêneros alimentícios de que necessitassem.

O traçado dessa conjuntura histórica no Brasil nos conduz às grandes lutas camponesas que vão coincidir com o fim do império e o começo da República, provocando mudanças concretas, que atingem diretamente os camponeses no que se refere à posse da terra (Martins, 1990).

No tocante a esta questão, as classes dominantes da época, prevendo o fim da escravatura no Brasil e conseqüentemente o fim do tráfico negreiro da África para o país, confirmado em 1850 devido a pressões do governo inglês, tomam providências

legais para a substituição do trabalho escravo sem que haja prejuízo para a economia da grande lavoura, sobretudo do café e da cana. As medidas concretizam – se na Lei de Terras promulgadas no mesmo ano, 1850.

Este foi o primeiro instrumento legal de ordenamento fundiário do país, a Lei nº 601 de 1850, criada para substituir o regime de sesmarias, suspenso em julho de 1822. Esta lei regulamentava discriminação de terras devolutas e disciplinava as formas de acesso à propriedade de terras públicas, convertendo a terra em mercadoria. Segundo Martins,

"a Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra" (1990:42).

Esta proibição não apenas limita a propriedade aos escravos que irão ser libertos mas atinge diretamente os camponeses, uma vez que ocasiona a exclusão destes segmentos do acesso à terra, demarcando assim uma política fundiária excludente.

Uma saída encontrada pelos camponeses foi de se deslocar para áreas não concedidas em sesmarias aos fazendeiros, abrindo assim suas posses, contudo sem o direito legal sobre área assegurada¹⁴. Desta forma, adentravam cada vez mais em áreas de matas ainda não exploradas, esperando que os grandes fazendeiros demorassem a chegar até o local em que se encontravam.

O referido autor destaca, ainda, duas mudanças sociais significativas que atingem os camponeses durante o fim do império e o começo da Nova República. Primeiro, a abolição da escravatura um ano antes do fim da República, em maio de 1888. Em segundo lugar, a transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados.

¹⁴ Daí serem chamados de posseiros.

Assim, a Lei de Terras (1850) transformou as terras devolutas em monopólio do Estado, sendo que este Estado era controlado pelas oligarquias agrárias constituídas por uma forte classe de latifundiários. Neste caso, os camponeses não-proprietários e os que chegassem depois da Lei de Terras teriam que se submeter a um grande fazendeiro de café e empresário, trabalhando para a grande fazenda, onde - teoricamente - poderiam acumular pecúlio para mais tarde comprar terras. Assim, o acesso à terra estava estritamente ligado à oferta de trabalho pelo grande fazendeiro, que se constituía latifundiário. Diante disto, o campesinato é colocado em novos termos, mediante novas relações sociais de produção e trabalho.

Neste momento e nos anos que se seguiram, ocorre um avanço cada vez maior dos grandes imóveis rurais e a concentração da propriedade, mantendo a estrutura agrária brasileira concentrada, bem como se observa o crescimento do número de posseiros¹⁵ em todo país.

A Lei de Terras, com o previsível fim da escravidão, já aponta para uma modalidade de trabalho livre, permitindo a substituição do trabalho escravo, sem que haja prejuízos para a economia das grandes fazendas. Neste sentido, torna-se clara a relevância desta Lei para a constituição do mercado de trabalho e fundamentalmente para a determinação da estrutura fundiária do país. Enquanto foi mantido o sistema de mão-de-obra escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de "acesso relativamente livres". A partir do momento em que a mão-de-obra se tornou formalmente livre e com terras "livres", isto passou a representar um risco para os latifundiários, pois teriam problemas com aquisição de mão-de-obra para trabalhar nos latifúndios. O período de 1850 a 1888 marcou a queda do sistema latifundiário escravista (Silva, 1994).

O caminho para esta substituição da mão-de-obra escrava estaria na abertura de correntes migratórias de países que tivessem um excesso de população. De início, pensou-se nos "coolies" chineses, que seriam submetidos a servidão temporária nas fazendas. Posteriormente, esta opção foi transferida para os imigrantes europeus, sobretudo italianos, alemães, depois os espanhóis (Martins, 1990).

¹⁵ Posseiro é lavrador pobre. Este vende no mercado o excedente agrícola do trabalho familiar. Com o dinheiro da venda compra remédio, sal, querosene, às vezes roupas, entre coisas de que precisa no trabalho. Não possui título da terra em que trabalha.

Esta imigração, contudo, não causaria o efeito esperado se os imigrantes encontrassem no Brasil grandes áreas de terras livres que pudessem ser ocupadas e trabalhadas. Neste caso, a Lei de Terras foi uma das medidas para impedir tal acontecimento, estabelecendo as regras para uso e propriedade da terra.

Para concretizar este projeto de colonização, através da venda de terras aos imigrantes europeus, era necessário expulsar das terras os antigos posseiros, o que teve início em 1911.

Diante das novas formas de relações sociais de trabalho (im)postas, o camponês se viu "livre" da grande propriedade, ao mesmo tempo em que permaneceu subjugado pela mesma. Neste contexto, a liberdade apresentada ao camponês quanto ao desenvolvimento do seu trabalho na terra, o discurso da utilização de mão-de-obra "livre", não se constituiu em fato concreto, mas a liberdade de que se falava era de passagem de uma fazenda a outra, ou de ir de uma região para outra.

Configura-se assim um nomadismo brasileiro que passa a ser característico não só em períodos passados mas também presentes. Em muitos casos, esta migração de uma área para outra restringe-se a uma área de locomoção na realização da agricultura de roça, em alguns momentos indo a lugares mais distantes, na tentativa de encontrar um novo local para então se fixar, fugindo do perigo da expulsão. Para Martins,

"tanto o deslocamento do posseiro quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra" (1990:17).

Estas "modificações no regime fundiário abrem caminhos para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados," (Martins, 1990:43). Esse novo campesinato vai ser constituído de pequenos produtores familiares não inseridos no mercado e pequenos

proprietários¹⁶, modernos e cada vez mais dependentes do mercado, formado por homens livres, onde sua existência passa a ser mediatizada pela terra convertida em mercadoria. Eles vão marcar a paisagem do Sul e Sudeste do país e, no futuro, o novo campesinato formado por pequenos proprietários apresentará problemas, tendo em vista esta nova forma de inserção social.

O país mudou sua configuração quanto às formas de trabalho e uso da terra, agora

"o monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravos se transforma em senhor de terras [latifúndio]." (Martins,1990:45)

No período colonial a disputa dava-se pela fazenda e pelos bens da família que sobre ela estavam. Agora, é pela terra em si. A terra passa a se constituir em objeto de disputa, uma vez que esta é a forma de subjugar o trabalho livre. Anteriormente não havia conflitos em torno da terra, uma vez que a posse de escravos iria determinar a posse da terra. Esta era secundária e não principal. O escravo era o fundamento da dominação e exploração; agora passa a ser a terra, permanecendo o fundamento das relações de exploração do modo capitalista de produção que é a propriedade; muda apenas o móvel, mas ainda é relação de propriedade.

Na Constituição republicana de 1891, as terras devolutas passam para a responsabilidade dos Estados, colocadas sob as mãos das oligarquias regionais. Neste caso, cada Estado deverá proceder a sua política de concessão de terras. Neste momento, foi dado início ao processo de transferências de propriedades fundiárias para os latifundiários e empresas de colonização que se interessavam pela especulação imobiliária. Este fato ocorreu sobretudo nos Estados do Sul e Sudeste do país.

A Questão Agrária no Brasil tem sido uma história de lutas e confrontos de classes sociais, culminando por vezes em mobilizações e movimentos sociais.

¹⁶ Entendido enquanto proprietários de pequenos lotes de terra, que contam com ajuda da força de trabalho da família.

1.1. Mobilizações e organizações no campo

Para fins deste trabalho abordar-se-á a organização política dos setores rurais de pequenos produtores pobres, que assumem lugar de destaque no cenário político nacional à medida em que se inserem num projeto político maior de luta pela reforma agrária, sobretudo a partir dos anos 50, conforme afirma Martins (1990), onde os camponeses de diversas regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, posto que requerem o reconhecimento das potencialidades e força objetiva destes movimentos enquanto forma de reivindicação concreta.

Para Prandel(1995), a história de luta dos movimentos sociais rurais pela democratização da terra tem seu marco em Canudos, Norte da Bahia, ocorrido num período de quatro anos (1893-1897). Sob a liderança de Antônio Conselheiro, viviam cerca de vinte e cinco mil pessoas, num regime social de produção mais viável, uma espécie de alternativa ao que se tinha naquele período, dando certo ao ponto de produzirem para exportação e terem alimentos com fartura para todas as pessoas que viviam no povoado. No entanto, esta forma de produção esbarrou na vontade dos coronéis do latifúndio nordestino que conseguiram pressionar o governo para que acabasse com o povoado, o que aconteceu em seguida.

Um outro marco da história dos movimentos sociais rurais foi o Contestado. Fato acontecido no período de 1908, com a construção da ferrovia São Paulo - Santa Catarina, que cortava a região entre Paraná e Santa Catarina, os reponsáveis pela obra encontraram resistência quando começaram a fazer a "limpeza da área". Os posseiros residentes no trecho em que passaria a rodovia resistiram para não sair do local. O resultado foi a morte de dez mil posseiros e a limpeza da área necessária para a construção da ferrovia.

Contudo, a questão das lutas dos movimentos sociais rurais pela reforma agrária ganha centralidade, emerge nos debates políticos e acadêmicos a partir da década de 50, com o surgimento e fortalecimento das Ligas Camponesas na região Nordeste que, posteriormente, se expande por todo o país, Deste movimento emerge a mobilização

de uma categoria específica, o foreiro¹⁷ que se depara com a ameaça de extinção, organizando-se desse modo para resistir, promovendo um avanço significativo nas lutas no campo¹⁸.

Outro fator, que contribuiu para o destaque da discussão em torno da questão agrária no país foi a organização dos movimentos populares de luta pela elaboração de uma política de reforma agrária no sul do país. Os conflitos no campo desenvolveram-se intensamente no período de 1946 a 1964, quando se encontra liberação de territórios e a formação de governos populares, chegando à reivindicação radical pela reforma agrária.

Um outro aspecto que deu notoriedade à questão foi à acelerada expansão das relações capitalistas de produção no campo que se intensificaram sobretudo a partir da década de 60. Teve início a instalação de fábricas de máquinas e insumos agrícolas, ocasionando mudanças significativas no meio agrícola. A lógica das relações sociais de produção foi alterada com a forte presença do capital no campo (Silva,1994).

A principal consequência dessa intensificação do capital no campo foi a expropriação do pequeno produtor familiar rural e a ampliação da exploração do trabalhador rural. Esta expropriação pode ser entendida enquanto processo em que os lavradores são despojados de toda propriedade e força de trabalho, sendo retirado deste seu principal instrumento de trabalho - a terra, enquanto que a exploração pode ser visualizada na venda da força de trabalho por parte dos trabalhadores rurais (Martins apud Chaves,1995).

Assim, o desenvolvimento do capitalismo no campo, de modo contraditório, vai ao mesmo tempo alterar as relações de trabalho no campo e estruturar um processo de resistência e luta por parte dos segmentos rurais (pequenos produtores, trabalhadores rurais). Este processo contribui, assim, de forma significativa para maior organização destes setores em defesa dos seus direitos e interesses, bem como para deflagrar e

¹⁷ Eram aqueles que "recebiam um pedaço de terra, em que cultivavam produtos alimentares ou o algodão, e comercializavam a produção, pagando a renda da terra em dinheiro ou em serviço, isto é, dando um certo número de dias de trabalho à propriedade" (Andrade,1986:17).

¹⁸ Idem.

intensificar a discussão em torno da questão agrária no país.

Neste cenário a partir da década de 60, o Brasil intensificou o debate sobre a questão da terra - pelos inúmeros conflitos e pressões crescentes. Mas somente em 1963 foi criada a Superintendência de Política Agrária – SUPRA como primeira instituição federal com a tarefa de realizar a reforma agrária no país. Neste mesmo período, no país, foi instaurado o golpe militar, que se estabeleceu em 1964 e terminou em 1985. Os militares dão força de Lei ao dispositivo constitucional de 1946, através de Emenda Constitucional.

Neste mesmo ano, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural¹⁹, tido como instrumento legislativo utilizado para dirimir e conter os movimentos sociais no campo (Sorj, 1986).

O Estatuto do Trabalhador Rural foi utilizado pelo poder público, que conseguiu dividir a luta dos movimentos sociais no campo, separando a *questão trabalhista* da *questão agrária*²⁰. O Presidente Castelo Branco promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural, levando os direitos trabalhistas ao campo e ao mesmo tempo enfraquecendo a luta pela reforma agrária radical. Abriu espaço para a formação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que, na prática, concorriam com as Ligas Camponesas, ocasionando um esvaziamento das mesmas e conseqüentemente um enfraquecimento da luta como um todo.

O Estado trouxe para dentro da máquina do controle institucional as demandas dos movimentos sociais do campo, o que constituiu uma das formas e mecanismos utilizados para desmobilizar as lutas, isto é, uma estratégia de controle das reivindicações. Pode-se dizer que, em tese, os movimentos populares de pressão trabalham sob a ótica do direito legítimo de reprodução social, e o Estado sobre o legal.

¹⁹ Este Estatuto procurava organizar o sindicalismo rural dentro das mesmas coordenadas do sindicalismo urbano, ou seja, atrelando o sindicato ao Estado. Proibia o direito de greve e colocava o Estado enquanto árbitro entre os conflitos de classe. Bernardo Sorj, 1986.

²⁰ Bernardo Sorj, 1986.

Dessa forma, o Estado torna "legal" a luta e as reivindicações, ao passo que as deslegitima. Agora, já não se trata de lutar por uma reforma agrária radical, mas por uma reforma agrária por etapas, conforme os interesses da burguesia.

Segundo Maria Luiza de Souza (1991), na década de 60 o Estado instituiu uma série de mecanismos de controle e repressão, desestabilizando assim as diversas formas de organização²¹ existentes na sociedade ao passo que reprimia toda e qualquer forma de manifestação das classes menos favorecidas. Neste sentido, o Estatuto do Trabalhador Rural constituía-se em um desses mecanismos.

Para Pedro Jacobi (1984), foi a partir de meados da década de 70 que o Estado passou a responder aos movimentos de pressão por reformas nas mais diversas áreas do país, por meio da implantação de políticas sociais globais, gerando por sua vez expectativas de demandas. Passou a "abrir" espaços às camadas populares, assumindo posições mais flexíveis, a fim de criar mecanismos de solidificação aos movimentos de reação que vinham se gestando a partir dos últimos anos da década de 60.

O governo Castelo Branco, através de seu Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG, entre as várias linhas de ação propostas, destacou como estratégia o incentivo à agricultura, sendo esta visualizada como setor retardatário da economia (Ministério da Planejamento apud Costa, 1988:35). Vale ressaltar que, na perspectiva deste governo, o suposto atraso da agricultura seria resultante da sua incapacidade de conseguir responder à demanda industrial e urbana.

Contudo, a reforma agrária não foi descartada pelo PAEG, mas convertida no Estatuto da Terra, a partir da Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, que deveria ser executada pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. O projeto foi elaborado com o objetivo de defender a empresa agrícola e responder à visão desenvolvimentista da agricultura, sendo esta entendida de forma desvinculada dos problemas social, condicionando a reforma agrária aos projetos de colonização.

²¹ Organização entendida enquanto "*articulação consciente, permanente, dinâmica dos grupos de uma população, ao redor de interesses comuns, objetivos reais, mas percebidos coletivamente, que alimentam ações coordenadas e que buscam satisfazer a esses interesses coletivos*" (Pinto apud Souza, 1991).

Neste sentido, o Estatuto.

"estabelece medidas que aumentam o controle do governo central sobre a estrutura fundiária, impondo o imposto territorial, o cadastramento rural, fixando as normas de utilização das terras públicas e o direito de expropriação de terras privadas contra pagamentos em bancos do governo, e, finalmente, aumentando a participação do governo nos esquemas de colonização, de cooperativismo e promoção da modernização do campo"
(Sorj,1986:23)

Assim, o Estatuto da Terra pretendia regular o uso e o acesso à propriedade da terra, a sua função social, à medida que estabelecia meios de promover o acesso à terra.

Para Oliveira (1988), o Estatuto da Terra não questiona a propriedade privada, principal reivindicação presente na luta cotidiana dos pequenos produtores familiares rurais, mas apresenta este tipo de propriedade como natural. Neste sentido, a Lei 4.504, do ponto de vista dos interesses dos pequenos produtores rurais, é contraditória à medida que, ao definir a Política Agrícola, defende a propriedade da terra²². No âmbito das relações capitalistas de produção, a defesa da propriedade caracteriza a tentativa de assegurar o acesso a propriedade privada dos meios de produção.

A promulgação do Estatuto da Terra objetivava, ainda, barrar os avanços das lutas dos segmentos rurais pela reforma agrária, haja vista elas denunciarem as desigualdades decorrentes do modo de produção capitalista que se acirrava em todos os setores do país, tanto urbano como rural. Pretendia, sobretudo, conciliar interesses dos capitalistas, latifundiários que utilizavam a terra para produzir lucro, e dos

²² Art. 1 & 2 - "entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja de harmonizá-las com o processo de industrialização do país" (CONTAG apud Oliveira, 1988:99).

pequenos produtores familiares rurais, que utilizavam a terra para (re)produção social e para própria subsistência. Pregava, assim, o Estatuto uma reforma agrária genérica, que buscava conciliar interesses divergentes (Oliveira, 1988).

O Estatuto da Terra propunha-se, ainda, enquanto instrumento capaz de efetivar a reforma agrária tão esperada, a atenuar as grandes desigualdades no campo. Constituiu-se, no entanto, em instrumento utilizado durante os vinte anos de autoritarismo para consolidar a grande propriedade capitalista, contribuindo para a ampliação e proteção dos latifúndios (Andrade, 1987).

Neste sentido, permaneceu nos limites do papel que teve sua impressão, uma vez que a correlação de forças entre as classes bloqueou mesmo o mais tímido intento de reforma agrária, entendida esta última a partir da ótica dos camponeses. Isto porque, a partir das pressões políticas em torno da questão agrária do país, a reforma agrária apresentou-se como resposta, sendo viabilizada a partir da ótica dos dirigentes políticos ou da classe dominante.

Assim, as propostas políticas de reforma agrária encontram-se estritamente vinculadas às classes que estão no poder, podendo ser visualizadas, historicamente no Brasil, através dos vários planos de governo elaborados.

1.2. Reforma Agrária no Brasil

Em vários períodos históricos, sobretudo a partir da década de 30, visualizar-se várias propostas de reforma agrária para o país, podendo-se perceber o entendimento dos governos sobre a questão agrária e as possíveis soluções apontadas para a questão como resposta às pressões populares dos segmentos rurais, bem como do aumento da produtividade para o atendimento das demandas postas pelo setor urbano-industrial.

O tratamento dispensado à questão agrária enquanto objeto de ação governamental pode ser visualizado como resultado das lutas e pressões históricas exercidas pelos camponeses, compreendendo assim que as ações do Estado se

constituem em respostas, demonstrando uma articulação entre Estado e sociedade. Neste sentido, o caráter do Estado é expresso no jogo de interesses das classes sociais, ao mesmo tempo em que revela sua forma mediadora, representando os interesses de ambas as classes - dominantes e dominados.

Assim, as questões que permeiam o processo de gestão e concretização da reforma agrária não possuem suas únicas divergências entre trabalhadores e governo, mas dentro de um contexto maior das políticas públicas, inserido nas próprias instâncias responsáveis pela formulação de políticas, existem as divergências, os confrontos de objetivos e interesses. Nestes termos, pode-se afirmar que na composição de um projeto de reforma agrária se encontram presentes elementos profundamente ideológicos (Leite,1994).

São as forças econômicas e políticas que historicamente têm dominado o cenário de luta pelo uso e propriedade da terra. Para uns, a fim de garantir sua própria subsistência e de seus familiares; para outros, com o objetivo de acumular lucro, num primeiro momento com o trabalho escravo e posteriormente com o valor contido sobre a terra em si mesma, a partir da Lei de Terras de 1850.

É notório o tratamento diferenciado conferido ao setor agrícola na política econômica do governo brasileiro. As medidas adotadas para o setor industrial, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, em muito se distanciam das medidas tomadas em relação ao setor agrícola. Segundo Anita Aline A. Costa (1988), antes da eclosão da crise de 1929, a economia brasileira era eminentemente agrário-exportadora, tinha seu crescimento voltado "para fora", ao mesmo tempo em que se encontrava subordinada à dinâmica da acumulação mundial.

Para a referida autora, a revolução e a grande depressão mundial de 1929 foram as molas mestras para a destruição do jogo, onde a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras: fixaram-se novas formas de correlações de forças sociais, de desestruturação do liberalismo econômico, bem como de reestruturação no plano político-administrativo dos aparelhos e da ação estatal e, por último, das variáveis *“responsáveis pela redefinição de um novo processo de acumulação dirigido*

pelo Estado” (Costa, 1988:28). Neste momento, há uma emergência da ampliação das funções do Estado em várias áreas de atuação. Entre elas pode ser citada a função do Estado de transferir recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo desta o centro do sistema.

Com a adoção desta postura, o Estado objetivava promover o crescimento econômico embasado num sistema produtivo de cunho urbano-industrial. Isto implicaria em tratamento diferenciado entre os setores produtivos – agricultura e indústria- no planejamento do governo.

Este tratamento diferenciado vai dar margem a leituras e interpretações equivocadas sobre o setor da agricultura na economia brasileira (Costa,1988). Primeiramente surge a concepção que vislumbra a realidade de forma dualista em suas estruturas econômicas e sociais:

“de um lado, tem-se o velho, que está representado, então, pelo arcaísmo do setor rural (o sertão da pecuária, do latifúndio improdutivo dominado pelas forças conservadoras do interior, do agrarismo tradicional), e o novo, que é representado pelo setor agrícola moderno que se vincula à indústria e ao grande comércio nacional e internacional e pelo dinamismo do setor urbano-industrial (Castro apud Costa, 1988:28).

Neste sentido, a agricultura é visualizada como atrasada e responsável, em grande medida, pelo estágio de atraso e subdesenvolvimento em que se encontra o país. Para Silva (1994), a visualização da agricultura enquanto entrave para o crescimento do país tem suas bases em dois aspectos: i) a maioria da população vivia no campo o que possibilitava aos latifundiários viverem ainda dentro de um semifeudalismo, produzindo aquilo de que necessitavam. Não adquirindo desse modo os produtos industrializados, as fazendas funcionavam como pequenas cidades que se auto-sustentavam. Assim, não formavam um mercado consumidor, o que ocasionava

um estrangulamento do processo de industrialização do País como um todo; ii) a produção era baseada nas formas pré-capitalistas. Este entendimento sobre agricultura do país pode ser encontrado nos vários planos de governo elaborados, sobretudo a partir da década de 30.

No governo Vargas, encontra-se o Plano Salte, que tinha como essência a busca de soluções urgentes para as áreas de alimentação, saúde, transporte, energia, o que refletia a política do governo em seu aspecto político-econômico, privilegiando o setor industrial enquanto base para o processo de acumulação interna. Nesse plano, em específico, a agricultura assumiu dupla caracterização: como supridora de gêneros alimentícios e, como produtora de mão-de-obra, devendo, em parte, abastecer o mercado de trabalho industrial. Neste plano, o total de recursos destinados à agricultura não era mais de 21% - PS em 1948 (Costa, 1988).

O que se pode perceber, neste caso, é que a agricultura deveria apenas responder às demandas postas pela população nacional e pelo setor urbano. Este setor é tido como de pouca importância na sociedade nacional. Sua relevância econômica se dá somente enquanto supridora das necessidades e demandas do setor urbano. O Plano tinha um caráter produtivista, cujo objetivo era obter taxas elevadas de crescimento no setor agrícola, sem contudo colocar em discussão a estrutura agrária do país.

No governo JK (1957-1961), temos o Plano de Metas, que *“sintetiza a lógica das políticas econômicas dos governos a partir de 1930 e consolida o processo de transmutação de uma economia agrária exportadora para uma economia urbano-industrial”* (Costa, 1988:30). A agricultura no Brasil, neste período, passa a ser visualizada enquanto setor deficitário, um “ponto de estrangulamento”²³ no processo de desenvolvimento da economia global.

No aspecto tecnológico, o Plano de Metas, pretendia um aumento da produtividade agrícola, melhoria na qualidade do produto, bem como a conservação do solo, sendo que estes aspectos seriam alcançados através da mecanização agrícola e

²³ Lafer apud Costa, 1988:31.

da utilização de fertilizantes. Com isto, geravam-se demandas para a indústria de equipamentos agrícolas e para a indústria química. Assim, o objetivo central deste plano era de caráter operacional e técnico.

Um outro Plano por meio do qual se propõe viabilizar a reforma agrária é o Plano Trienal do governo Goulart, que vai diferir dos demais por seu caráter macroeconômico. Constituía-se em um documento programático que desejava criar impacto a partir das reformas que postulava. O momento histórico em que se deu a elaboração do Plano foi de instabilidade sociopolítica e descapitalização crescente da economia nacional.

Este Plano fez a opinião pública dividir-se no que se refere à estrutura agrária do país. Entre as "reformas de base" proposta pelo Plano, sobressaía a reforma agrária. No entanto, o governo limitava-se apenas a indicar sua necessidade, sem contudo incluir estudos ou recomendações necessárias para sua real implementação.

O Plano Trienal demonstra a vigência de uma forte concentração da propriedade da terra, questão que já vinha sendo levantada e discutida pelos vários movimentos agrários que emergiram no país, sobretudo a partir da década de 50.

A reforma agrária proposta no Plano Trienal veio atender à expansão econômica em curso neste período, à medida que estabelece que

"todas as terras consideradas necessárias à produção de alimentos, que não estejam sendo utilizadas ou o estejam para outros fins, com rendimentos inferiores às médias estabelecidas regionalmente deverão ser desapropriadas para pagamento a longo prazo" (Lafer apud Costa, 1988:32).

Neste sentido, certas "modificações estruturais" na propriedade da terra tornaram-se condição para a própria expansão do capitalismo, obedecendo aos limites

impostos pelas classes dominantes a partir de interesses do capital.

As perspectivas de desenvolvimento para os setores industrial e agrícola são diferenciadas. A atividade urbana é que deve ser o centro dinâmico da economia rural. Neste caso, o campo deve adaptar-se à modernidade e dinâmica do setor industrial, a fim de garantir a expansão da produtividade (Presidência da República apud Costa, 1988:33).

Em se procedendo a breve análise da perspectiva impressa, a discussão em torno do setor agrícola e as várias propostas de projetos de reforma agrária para o país nos vários planos de governo, pode-se observar que eles convergem e concordam que o setor agrícola sofre de um atraso endêmico, sendo responsável pelo estrangulamento da economia, ao mesmo tempo em que obstaculiza a modernização tecnológica para todo o país, na perspectiva posta pelos vários governos.

É importante observar que novas concepções e entendimentos sobre a questão agrária vão emergir após o golpe de 64. Neste período, a política social assume papel importante no processo de pensar o planejamento para o país nos mais diferentes setores. Contudo, o que se pode observar é que em nenhum caso se constituía pretensão do governo discutir e modificar as estruturas sociais e políticas do país. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento e outros limitavam-se a assegurar a viabilidade e prosperidade do sistema econômico vigente, a partir da concepção de quem está governando o país no dado momento histórico.

Os mecanismos tradicionais de dominação no campo deixavam para a burguesia a tarefa de rever sua estrutura de dominação, considerando o papel ativo do Estado. Neste sentido, o objetivo do governo, a partir deste momento era assegurar a reprodução do capital no campo, oferecendo assim respostas aos interesses expressos pela correlação de forças emergente na sociedade, o que refletiu uma necessidade de reprodução do sistema como um todo, com a elaboração de "*políticas voltadas à integração e ao controle das massas rurais marginalizadas*" (Costa, 1988:34).

Contudo, a busca de possíveis "soluções" para o campo, no período militar, não

poderia se dar separadamente do aspecto do desenvolvimento econômico, bem como do fortalecimento e expansão da grande empresa. Percebe-se, então, que as políticas agrícolas elaboradas nesse período são voltadas para a modificação da estrutura produtiva e organização da força de trabalho, não para uma discussão em torno da questão agrária do país e de uma proposição de reforma agrária. Nos governos que se seguem, este tipo de política tem continuidade, ao mesmo tempo em que é amplamente desenvolvido.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento - PED (1968-70) consagra ao setor industrial a função de mola mestra do crescimento da renda interna. Ao setor agrícola cabe, assim, a tarefa de apoio e sustentáculo desse processo. A proposta de reforma agrária contida neste Plano é voltada exclusivamente para aspectos da produção agrícola.

O PED tem sua continuidade garantida no Plano de Metas e Bases para Ação do Governo, de 1970-71 do governo Médici. Neste governo é criado o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico - I PNDE (1972-74). A agricultura é incluída como grande prioridade no âmbito nacional para o mesmo período, pretendendo o governo investir na sua renovação e no fortalecimento de uma agricultura de mercado (Ministério do Planejamento apud Costa, 1988:37). Neste governo foram instituídos o PIN e o PROTERRA, conforme explicitação posterior.

No II PNDE (1975 - 79), o governo abordou uma nova estratégia econômica, isto diante de uma crise energética mundial que, segundo Costa, pode ser resumida em quatro pontos principais:

"a) exploração máxima dos recursos energéticos; b) um novo esforço em favor das indústrias de base e o retorno à política de substituição de importações; c) intensificação do esforço em favor da agricultura, política de modernização e diversificação; d) aumento das exportações e diversificações do mercado interno" (1988:38).

O governo Geisel adotou uma estratégia de renovação conservadora, cujo objetivo principal era o crescimento da produção agrícola a partir de renovação tecnológica. Da mesma forma que os planos anteriores, não propõe uma discussão ampla e concreta em torno da estrutura agrária existente.

O que se percebe é que o tratamento dado ao setor agrícola do país é sempre marginal, e isto num duplo sentido: no que diz respeito ao seu dimensionamento social na sociedade, bem como quanto à qualidade e quantidade das medidas - investimentos - no setor, em termos de planos nacionais. Eis um dos motivos pelos quais o comportamento da agricultura está sempre na dependência de fatores externos a sua problemática.

Importa destacar, ainda, que a agricultura aparece nos diversos planos aglutinando um conjunto de atividades econômicas vinculadas à exploração do solo a fim de se obter alimentos e matérias primas. Nesta perspectiva, a questão agrária e a discussão em torno das relações sociais de produção que se estabelecem entre os homens em sociedade enquanto classes sociais estão ausentes de qualquer consideração.

Tal abordagem dos planos governamentais evidencia uma tímida aproximação à questão agrária, o que está relacionado, de forma evidente, ao jogo de forças sociais presentes na sociedade. A temática estava abordada de forma superficial no Plano Trienal, através da discussão da reforma agrária - modificada em planos de colonização nos planos subsequentes. No PAEG o conteúdo real do tema foi esvaziado, e nos PNDs a reforma agrária foi percebida como a dimensão de um reformismo tecnológico agrícola. Assim, através de mecanismos políticos e legais, a questão agrária foi reduzida à visão das classes dominantes sobre os conflitos sociais (Martins, 1975).

Não obstante a discussão da questão agrária travada pelas classes dominantes do país, para Martins (1990), a problemática da reforma agrária enquanto solução para a questão fundiária está colocada nos dias atuais sobre uma base social muito mais

diferenciada do que aquela dos anos 50, incluindo agora na discussão não só os segmentos sem terra, arrendatários e parceiros²⁴, mas os posseiros e os pequenos proprietários.

Esta diversidade aumenta o poder de pressão pela reforma agrária, ao mesmo tempo em que se configura em uma questão complexa por envolver interesses diferenciados e concepções diversificadas, tanto pelas forças políticas que se encontram no poder como pelas bases sociais envolvidas na problemática.

Pode-se perceber com isso que o Estado não se constitui enquanto bloco monolítico do poder, mas enquanto correlação de forças formada também pelas camadas populares. As contradições existentes possibilitam a emergência dos enfrentamentos entre as diferentes classes sociais existentes em determinada conjuntura (Souza,1991).

É importante enfatizar ainda que, à medida que os projetos de reforma agrária são gestados em instâncias do Estado marcados por confronto de diferentes concepções, os entraves (im)postos para a sua real efetivação são diversos, sendo as propostas aprovadas repletas de orientações profundamente ideológicas (Chaves,1995).

Com isso, pode-se perceber que as discussões em torno da elaboração e de construção de um projeto político de reforma agrária, historicamente, tem se constituído como resultado de lutas e conflitos entre os camponeses e os latifundiários²⁵. E que a política de reforma agrária vem sendo substituída por vários projetos de colonização, sobretudo na fronteira agrícola do Norte e Centro-Oeste do país, podendo estas serem entendidas apenas enquanto medidas paliativas para a não efetivação de uma verdadeira política de reforma agrária (Chaves,2001).

Em vários momentos da história brasileira, segmentos políticos propuseram-se

²⁴ Arrendatário ou parceiros são aqueles que pagam renda em dinheiro ou espécie ao proprietário em troca do direito de fazer suas lavouras; Martins,1990.

²⁵ O termo *latifundiário* é uma palavra com conotação política. Procura expressar a unidade das respectivas situações de classe. Neste sentido, encontra-se "*enraizada numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais*" (Martins, 1990:22)

a pensar uma política de reforma agrária, conforme explicitado anteriormente. Um destes momentos deu-se com o fim do regime militar e a chegada da Nova República, onde se retomou a discussão sobre a reforma agrária, destacando agora seu conteúdo social, sua relevância para o desenvolvimento do país, para a distribuição de renda, ampliação do mercado interno, produção de alimentos e desenvolvimento rural-urbano.

O grande marco desta fase de discussão sobre a questão agrária brasileira foi a edição do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – 1º PNRA (1985 – 1989)²⁶, que destacou a relevância do Estatuto da Terra como instrumento de reforma agrária, ressaltando e adotando seus princípios básicos.

Neste mesmo período, foi criado o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, que se constituía no instrumento essencial para que os assentados pudessem implementar suas unidades agrícolas e o processo de produção. No entanto, com a crise financeira do governo, o programa não pôde ser viabilizado por falta de recursos necessários

A questão é que o problema em torno da reforma agrária não é estritamente econômico e nem estritamente teórico, mas político, de luta e confronto entre classes sociais diferentes, entre exploradores e explorados, entre segmentos com concepções político-ideológicas divergentes. A questão agrária é um problema que precisa de resposta política, de um projeto de reforma que atenda as demandas dos que realmente lidam com a terra.

O grande questionamento que se pode fazer no Brasil hoje, segundo Martins (1990), seria então quanto à importância que o campesinato tem no processo de construção de uma política de reforma agrária, uma vez que realizar a vontade desta classe, conforme o discurso das classes dominantes e/ou de quem está no poder, se constituiria num retrocesso histórico e político. Atender, através de uma política pública de reforma agrária, as reivindicações dos camponeses, se constituiria em

²⁶ O 1º PNRA estabelece uma meta de assentar em 4 anos 1,4 milhão de famílias. Esta era uma meta irrealista, tendo em vista os inúmeros problemas econômicos, políticos e sociais, o que resultou no não cumprimento de tal meta, resultando na criação de 515 projetos com capacidade de assentamento para 83.625 famílias.

impedimento ao desenvolvimento do capitalismo no campo, conseqüentemente ao progresso do país.

Neste sentido, refletir hoje sobre uma proposta de reforma agrária para o Brasil é compreender que historicamente têm predominado a vontade de determinados grupos políticos que detêm o poder em momentos históricos diferenciados. Neste caso, a perspectiva da discussão, o tom de avanço ou recuo estará intimamente vinculado ao grupo que esteja discutindo a questão da terra e conseqüentemente que esteja no poder.

Neste contexto, a discussão entre os diferentes segmentos sociais que compõem o meio rural brasileiro em torno de um projeto político de reforma agrária no Brasil fez emergirem nos meios acadêmicos e de organização político-social variadas formas de entendimento e concepção do que seja reforma agrária e assentamento.

✓ **Entendimento em torno do conceito de Reforma Agrária e Assentamento**

Neste processo de discussão em torno da construção e elaboração de um projeto de reforma agrária no Brasil, Ferreira (1992) apresenta uma definição quanto às expressões reforma agrária e assentamento - a partir da ótica governamental - que, em geral, são utilizadas como tendo os mesmos sentidos. Por isso, a autora propõe uma distinção de ordem prática, onde se pode

"considerar a reforma agrária como fundiária, no sentido de torná-la mais equânime" [enquanto que o] "assentamento compreenderia, basicamente, as ações de natureza prática que se iniciariam com a seleção dos beneficiários da reforma agrária e se encerrariam no momento que eles tomassem posse do lote de terra que lhes tenha sido destinado" (p.39).

O termo *assentamento rural* foi designado pela primeira vez em meados dos anos 60 nos relatórios oficiais, sendo que este dizia respeito à transferência e alocação de agricultores sem terra (Leite apud Chaves, 1995).

Para Leite (1994), a categoria assentamento pode ser entendida a partir de duas perspectivas, uma sob a ótica do governo e outra sob a dos trabalhadores. Para o Estado, o assentamento constitui-se numa incorporação de novas terras ao processo produtivo do país. Para os trabalhadores rurais, na ótica da referida autora, há uma conotação política à medida que o assentamento traduz a afirmação de um segmento rural que é o assentado.

Posteriormente, este conceito de assentamento transformou-se e expandiu seu significado, passando então a incorporar toda série de medidas complementares e necessárias para a efetivação e transformação dos novos proprietários de terra em verdadeiros e autônomos produtores rurais.

De maneira bem específica, o termo *assentamento* não é tratado no Estatuto da Terra. Seu entendimento emergiu a partir de um conjunto de procedimentos indicados para identificar, arrecadar e emitir o documento na posse das áreas, que posteriormente viriam a ser entregues às pessoas selecionadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela implementação dos projetos de reforma agrária em todo país.

Neste sentido partilhamos, ainda, da perspectiva de Esterici (1992), quanto aos termos *assentamento* e *assentado*, os quais têm origem datada, sendo formulados pelo próprio Estado, haja vista todo procedimento explicitado anteriormente.

Em geral, as políticas públicas de reforma agrária tendem a tratar os assentados enquanto beneficiários e objetos de intervenção, não enquanto sujeitos de ações e demandas. Por outro lado, pode-se dizer que o próprio Estado colabora para conferir identidade política aos mesmos, reconhecendo-os em outros segmentos diferenciados.

Vale ressaltar que tais segmentos sociais tem conquistado espaços políticos no processo de luta pela terra no Brasil, onde as áreas de assentamento de reforma agrária têm-se constituído em locais de luta e organização dos pequenos produtores

familiares rurais.

1.3. Assentamentos de Reforma agrária: espaços plurais de organização

Inserido no contexto de discussão e elaboração de uma proposta de reforma agrária para o Brasil, faz-se necessário pensar a viabilidade dos assentamentos e da produção familiar nestas áreas nos dias atuais. Contudo, não se deve pensar apenas no aspecto político e econômico da questão, mas também na dimensão sociocultural dos sujeitos envolvidos, as trajetórias repletas de experiências que se traduzem em ações concretas na relação homem - natureza, que se traduzem através das diferentes formas de uso e apropriação da terra.

Entende-se que o grande desafio hoje é conseguir visualizar os assentamentos enquanto espaços plurais, não somente em sua dimensão política e econômica, mas sobretudo em seus aspectos *"socioculturais, permeados por relações de parentesco, étnicas, de gênero, de compadrio, de vizinhança."* (Esterci, 1994:12), a partir do estabelecimento de relações diversas.

As várias experiências e estudos realizados em áreas de assentamento têm revelado que, quando do acesso à terra, emergem as diferenças entre os assentados no tocante a vários aspectos, como as formas de produção e organização. Estas diferenciações têm suas bases tanto no aspecto econômico quanto cultural e político destes sujeitos.

Não só perceber, mas também discutir os aspectos de diferenciação é optar por um tipo de abordagem que valoriza as experiências acumuladas, as possibilidades de produção de novas identidades ou de resgate das antigas, compreendendo que todas trazem conseqüências sobre a organização social, econômica e política, bem como sobre as formas de percepção do espaço social que ocupam em determinado momento de suas trajetórias.

Nessa perspectiva, o assentamento pode ser visualizado enquanto espaço de diferenciação, tensão e disputa, onde se pode (re)começar a partir das experiências

vividas e dos valores (re)elaborados. Pode-se entender, assim, o assentamento a partir de uma teia complexa de relações. Primeiramente porque os assentados não são provenientes de um mesmo lugar, ou seja, não se trata de um grupo de mesma origem e trajetória. E em segundo lugar, as trajetórias diferenciadas fazem emergir no interior do assentamento diferentes práticas sociais no tocante a várias questões, podendo-se destacar as concepções e práticas concernentes às atividades produtivas e político-organizativas (Zimmermann apud Chaves, 1995).

Não obstante estas diferenciações, os assentados precisam lidar com a realidade concreta da área em que terão que sobreviver a partir de então, plantar, produzir, retirar o sustento da família, garantir sua própria reprodução material e social. Para Abramovay,

"parece ser possível constatar uma precariedade material nos assentamentos, resultado, (...) da carência de investimentos efetivos por parte do Estado no sentido de dotá-los não só de um mínimo de infra-estrutura, mas também proporcionar-lhes recursos para plantio, comercialização, assistência técnica, etc" (1994:24).

Isto que revela uma ausência de políticas públicas no tocante a um verdadeiro projeto de reforma agrária que operacionalize, não só a distribuição de terras, mas que atenda as demandas levantadas pelos sujeitos envolvidos neste processo, quanto ao que se poderia dizer de um mínimo de condições para o desenvolvimento das áreas, e conseqüentemente, da melhoria da qualidade de vida dos assentados.

Um outro fator limitativo para o pleno desenvolvimento das áreas de assentamentos é a baixa qualidade das terras desapropriadas para fins de reforma agrária. Neste caso, os assentados tentam buscar alternativas que lhes garantam a melhoria na qualidade da terra e a sobrevivência, mantendo-se na terra. Neste sentido, Abramovay argumenta que

"o momento do assentamento implica um 'desencantamento', na medida em que impõe a rotina da produção, da busca de recursos, do trabalho árduo, ele também aponta para a possibilidade de rupturas com o padrão anterior" (1994:25).

Nesta ótica de análise, são várias as questões que envolvem a fixação do homem ao campo, não só no âmbito político e econômico conforme citado anteriormente, mas sobretudo nos momentos do desencantamento enquanto momentos de necessidade de (re)elaboração dos projetos pensados antes da chegada à área do assentamento, conseqüentemente a (des)construção dos projetos anteriores, assim como de códigos de valores e normas apreendidos em suas trajetórias.

Para Ferrante, ao ocupar legitimamente a terra, o assentado se depara com uma

"rede de dificuldades, anseios e expectativas que podem ser frustradas no seu dia-a-dia, pelas próprias dificuldades de viver no assentamento, um complexo processo de socialização" (1994: 138).

Neste sentido, o assentamento envolve a fixação do homem à terra, mas também deve haver o provimento das condições para torná-la produtiva, entendendo que

"o assentamento não se conclui com o acesso do trabalhador à terra: antes terão que lhe ser propiciadas condições necessárias e suficientes para que se concretize a determinação institucional da terra cumprir sua função social" (Ferreira,1994:43).

De forma resumida, o INCRA, em seu modelo para realização de assentamentos decorrentes da reforma agrária, estabelece três condições básicas para sua real efetivação: *"oferta de terra ao beneficiário; oferta de condições para explorar a terra; e o incentivo à organização dos assentados"* (Ante-Projeto de Assentamento IPORÁ, INCRA,1991).

Para Ribeiro, o assentamento é a *"terminalidade da reforma agrária enquanto processo"* (1987:135), por entender que uma série de providência deverão ser tomadas quando do momento da chegada das famílias na área do assentamento. Na verdade, o trabalho de providenciar a infra-estrutura necessária para o assentamento das famílias prescinde ao momento da chegada destes à área. Nessa perspectiva, a palavra assentamento recebe uma conotação técnica que envolve não apenas a oferta de terra ao trabalhador, mas a fixação do homem à terra, através da oferta de condições para sua exploração e de incentivos para o desenvolvimento da atividade produtiva e à vida comunitária. Dessa forma, a infra-estrutura mínima constitui-se enquanto fator determinante, em grande medida, para a real fixação deste homem ao campo.

O referido autor destaca ainda que a oferta de condições para o uso da terra é sem dúvida a parte mais onerosa da Reforma Agrária no que se refere ao aspecto financeiro. Este é um dos motivos, talvez o mais forte, pelos quais muitos "políticos", empresários e latifundiários não admitem a viabilização do projeto de reforma agrária no país.

Pode-se afirmar que a parte mais difícil de ser concretizada na viabilização do projeto de reforma agrária no país é a necessidade de mobilizar todo o dispositivo de administração da reforma agrária, de modo que venha a possibilitar a participação de todos os órgãos de ação governamental, para que cada um, de acordo com sua área de atuação, proporcione o apoio de que necessita o assentamento agrário.

Não obstante todas estas dificuldades e ao contrário dos discursos que visualizam somente dificuldades nas áreas e/ou projetos de assentamento, este pode ser visualizado, conforme nos coloca Ferrante (1994), enquanto campo aberto de

possibilidades, assim como o momento do (re)começo, onde os sujeitos se alimentam das experiências trazidas, dos valores e normas adquiridos, num constante processo de vir a ser, da construção de sua própria identidade, de seu próprio "eu", vislumbrando a possibilidade da construção de um novo espaço social coletivo.

Esta é uma realidade que pode ser vislumbrada através de estudos (teses, dissertações e monografias) de âmbito nacional, das diversas áreas de conhecimento, com base em pesquisas desenvolvidas em áreas de assentamento por todo o país.

Neste sentido, a Questão Agrária no Brasil, assim como a Reforma Agrária, assume contornos e peculiaridades próprios, que proporcionam a emergência de um vasto e diferenciado segmento social que se consolida inserido no processo de discussão e efetivação de uma política agrária para o país.

É neste cenário nacional de lutas e discussões em torno do uso e posse da terra que a Amazônia, com suas singularidades e peculiaridades de região, se encontra inserida na discussão e luta pelo uso e propriedade da terra e da efetivação de uma política de reforma agrária para o país.

Vale destacar que, com a diversidade de segmentos sociais, a Amazônia constituiu-se historicamente cultura e manejo dos recursos naturais que lhe são peculiares. Neste contexto, a discussão em torno de uma proposta de reforma agrária ganha peculiaridades inerentes à região.

CAPÍTULO II – Amazônia: singularidades, cultura, natureza, sujeitos sociais e as implicações (im)postas pela questão agrária

*“Toda sociedade, toda cultura cria, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens”
(Gonçalves 1996:23).*

Neste capítulo, efetua-se a identificação dos diferentes segmentos sociais de pequenos produtores familiares empobrecidos que vivem na região amazônica, as singularidades regionais relativas à cultura e à relação dos homens com a natureza e ante a problemática da necessidade de reforma agrária. De modo específico, trabalha-se a questão da propriedade e uso da terra neste contexto.

Pensar a relação homem - natureza na Amazônia, no sentido de desvendar as formas de uso e propriedade da terra pelos referidos segmentos sociais, nos remete a discutir a Amazônia, em suas particularidades e singularidades. Neste sentido é que se formulam as seguintes questões: o que é Amazônia? Quem são os amazônidas? Quais os aspectos que constituem a natureza e a cultura local?

Objetivando abordar estas questões, este capítulo foi seqüenciado em duas partes. Na primeira, será efetuada uma breve caracterização dos diferentes segmentos sociais que compõem a Amazônia, sua cultura e relação com a natureza. No segundo momento, será abordada a questão agrária na Amazônia em sua especificidade.

O objetivo é traçar uma breve contextualização para proceder a abordagem dos assentamentos de reforma agrária estabelecidos na Amazônia para, de modo particular, apresentar o Assentamento de Reforma Agrária Iporá, caracterizando seu espaço físico-social e os segmentos sociais que o compõem.

2. Amazônia e suas peculiaridades: população, natureza e cultura

A fim de refletir sobre a Amazônia, suas singularidades, população, natureza e cultura, primeiramente é necessária uma conceituação sobre a concepção de natureza e cultura adotada neste trabalho.

Entende-se que cada sociedade, cada cultura cria para si um determinado conceito de natureza e de homem à medida que também institui suas relações sociais. Assim, natureza e cultura condicionam-se reciprocamente. A concepção de natureza, assim como a de sociedade e cultura, nesta perspectiva de análise, não são naturais, mas históricas e sociais (Gonçalves, 1996).

Nesta linha de pensamento, considera-se indispensável o entendimento do conceito de natureza para determinada cultura, por meio do qual se pode compreender as relações sociais que a caracterizam.

A cultura pode ser entendida, enquanto construção histórico-social de um povo, a partir do estabelecimento das relações sociais dos indivíduos entre si e com a natureza. Com base neste entendimento, a cultura sofre modificações a cada período da sua temporalidade, exprimindo o estágio de desenvolvimento espiritual e racional dos diversos tipos de sociedade.

O conceito de cultura e natureza trabalhada na contemporaneidade encontra-se ligado às relações sociais estabelecidas em determinada sociedade, o qual é resultado da ação histórica dos homens, de sua produção material e espiritual. Nesta linha de análise, segundo Morán, “*somos produtos de nossa história cultural e política*” (1990:28), ao mesmo tempo em que somos também produtores desta.

Para Michel Thiollent (1982:194), cultura é um “*conjunto das representações, das valorizações efetivas, dos hábitos, das regras sociais, dos códigos simbólicos*”. Sendo assim, “*cada indivíduo é portador da cultura e das subculturas às quais pertence e que é representativo delas.*” Nesta perspectiva de análise, a constituição e mesmo as transformações por que passa a cultura é resultado de um processo histórico das relações que são estabelecidas pelos homens em sociedade.

Desse modo, “a cultura seria feita pela acumulação e a interação das produções ideológicas das diversas estruturas sociais que se sucederam historicamente”. (Engels *apud* Thiollent 1982: 195) e que se intercambiaram umas com as outras²⁷.

Nesta perspectiva, partilhamos a percepção da cultura enquanto construção histórico-social de um povo a partir de suas formas de expressão e manifestação de atividades práticas (Diegues, 1997).

Não obstante esta noção de cultura, entende-se que a concepção de natureza, conforme explicitada no pensamento de Engels (1979) que se nos apresenta hoje, é resultado, criação dos homens em sociedade, construída num processo de tensões e conflitos. Assim, a concepção de natureza é construída cognitivamente pelos homens a partir do estabelecimento de suas relações sociais, em cujo processo de construção há influências recíprocas de diferentes povos e culturas entre si, que se interconectam no processo de formação de um entendimento de natureza.

Para Chauí (1999), a construção da idéia de natureza pode ser visualizada enquanto objeto cultural, ou seja, a partir da perspectiva de cultura de um povo pode-se apreender sua concepção e formas de relação com a natureza.

Vale ressaltar que o entendimento da concepção de natureza pode sofrer modificações, tendo em vista os momentos históricos vividos pelos diferentes tipos de sociedades. Diegues(1997) cita como exemplo a concepção de natureza no século XIX, extremamente diferenciada no Ocidente e no Oriente.

No Ocidente, temos uma supervalorização do homem enquanto centro da criação e portanto da natureza, é aquele que pode dominar as plantas e os animais. Tal pensamento tem suas bases, ainda, no cristianismo, no mito do “paraíso”. No Oriente, temos um venerar a natureza enquanto parte integrante da humanidade, não sendo

²⁷ Não se podendo, desta forma, referendar as afirmativas do senso comum da existência de pessoas “cultas” e “incultas”, mas tratar sim de graus e interpretações da realidade em perspectivas diferenciadas, de acordo com as construções sociais de cada tipo de sociedade ou povo (*Ibdem*).

permitido os maus tratos com animais, plantas ou qualquer outro ser vivo. São fortes componentes culturais determinando o tipo de relação estabelecida pelas sociedades com a natureza.

Neste sentido, as concepções de natureza e cultura serão abordadas no contexto específico da Amazônia, sem perder de vista as determinações gerais que envolvem a construção destas categorias.

Este entendimento de natureza e cultura enquanto construções históricas-sociais nos possibilita uma melhor apreensão da diversidade de grupos sociais constituídos historicamente no cenário amazônico, como: pequenos produtores, ribeirinhos, índios, extrativistas, garimpeiros, colonos, geleiros, fazendeiros, comerciantes, empresas, entre outros (Chaves, 2001).

Esses diferentes segmentos sociais construíram, ao longo de suas histórias na região, formas específicas de uso e apropriação dos recursos naturais, um lidar diferente com a natureza, estabelecendo códigos e singularidades construindo uma linguagem peculiar.

Para Souza (1994), essas especificidades identificadas nas formas de uso e de apropriação dos recursos naturais da região, podem ser chamadas de *Cultura da Floresta Tropical*, entendo esta a partir dos elementos comuns mais compartilhados pela população indígena local, que são os aspectos econômicos, no que se refere às relações sociais de produção.

Esta economia comum tem suas bases nas diversas formas de uso e manejo dos recursos naturais utilizados para alimentação, vestuário, atividade produtiva, transporte, entre outros, tendo como fonte secundária a caça de animais e pássaros da floresta (ibidem).

É importante destacar que os povos que habitam a Amazônia, os diversos tipos de sociedades aqui existentes, não são uniformes, mas apresentam formas de organização e desenvolvimento qualitativo diferenciado. Estas diferenciações podem

ser apreendidas a partir do aspecto cultural que, segundo Marilena Chauí, se constitui.

“enquanto um conjunto de práticas, idéias e sentimentos que exprimem as relações simbólicas dos homens com a realidade (natural, humana e sagrada).” (1984:11).

Assim, far-se-á uma breve exposição quanto à discussão em torno dos primeiros habitantes da Amazônia, a fim de se ter uma melhor compreensão da constituição dos diferentes segmentos sociais que hoje habitam a região e como têm se constituído historicamente.

2.1. As populações indígenas

A gênese do homem na Amazônia tem sido tema polêmico e cercado por inúmeras fantasias e teses. Da mesma forma que a tentativa histórica de se explicar a presença do homem no mundo, as impressões deixadas pelos homens na Amazônia suscitaram e suscitam numerosas hipóteses (Souza,1994).

Para o referido autor, a teoria mais aceita na atualidade sobre a presença do homem no Novo Mundo é a de que o homem surgiu primeiro na Ásia e, posteriormente, migrantes atravessaram o estreito de Behring, há 24 mil anos, ocupando e colonizando as Américas. Ressalte-se que algumas dessas levas de migrantes asiáticos ou descendentes destes acabaram chegando ao vale do rio Amazonas. Estima-se que as primeiras levas de migrantes que cruzaram a grande floresta sejam de 15.000 anos atrás, dando início ao processo de colonização da Amazônia.

Neste sentido, a Amazônia era habitada, quando da chegada dos europeus à região, no século XVI, por sociedades hierarquizadas, constituídas de famílias extensas, tendo alta densidade demográfica, com avançados sistemas de produção de ferramentas e cerâmicas, com diversidade de agricultura, sendo uma cultura de rituais e ideologias vinculadas a um sistema político centralizado (Ibdem).

É importante ressaltar ainda que diversos estudos sobre a região afirmam que, anteriormente à chegada dos primeiros europeus, as sociedades existentes na Amazônia eram totalmente integradas às condições ambientais, com organizações complexas e politicamente surpreendentes em suas formas e níveis de organização. Vale salientar, porém, que esta organização social das populações não era homogênea, pelo contrário, apresentava diversidade entre si.

A colonização européia teve como objetivo principal o atendimento das necessidades da economia capitalista, sendo a realidade de trabalho extensivo da agricultura dos povos indígenas incompatível com os interesses comerciais trazidos pelos europeus. Diante desta situação, a fim de dominar os povos indígenas adequá-los às necessidades do capitalismo europeu, os portugueses promoveram processo intensivo de aculturação, resultando no extermínio de extensa parcela dessas populações (Souza, apud Chaves 2001:64).

No entanto, mesmo sendo cativas pelos colonizadores, submetidos a um processo de aculturação, as populações nativas da região mantêm certos aspectos de suas formas de uso e apropriação dos recursos naturais. A adaptação do índio ao meio ambiente equatorial úmido lhe é peculiar – características que também são herdadas pelas populações caboclas da região.

O contato das populações indígenas com os diversos grupos de interesse desde o período colonial tem promovido inúmeras formas de ameaças à sobrevivência cultural e social desses povos.

Ao mesmo tempo, tem se presenciado a formação de diferentes segmentos sociais (ribeirinhos, extrativistas, pescadores) a partir da miscigenação da população indígena com europeus, portugueses, espanhóis, entre outros.

Para uma melhor visualização destes segmentos sociais que compõem a Amazônia, será feita em seguida uma breve caracterização destes diferentes segmentos em seus papéis, identidades, formas diferenciadas de produção e

organização espacial, entendendo que a constituição dos pequenos produtores familiares rurais encontra aí sua base de formação histórico-social.

2.2. Amazônia e suas populações: uma história de diversidade sociocultural

Os diversos ciclos de ocupação pelo qual passou a Amazônia configuraram um processo de miscigenação entre os diferentes grupos sociais tradicionais e os migrantes que começaram a chegar no período de colonização da região (Chaves,1994).

Historicamente, o referido processo intensificou-se e sofre alterações, tendo em vista o encontro de diferentes correntes migratórias que convergiram para a Amazônia. O encontro destas com as populações nativas fez emergir uma diversidade cultural que passou a ser característica da região. Vale ressaltar, contudo, que este é apenas um dos aspectos apontados para a formação e constituição da diversidade cultural. Esta diversidade pode ser percebida "*na vigência de modalidades diferenciadas de uso dos recursos naturais e de identidades sociais particulares*" ²⁸ , pelas populações que constituem a Amazônia.

A identidade destes grupos tem como base de sustentação a origem étnica, sobretudo a indígena, por meio qual se pode perceber uma adoção e adaptação dos saberes e técnicas conforme suas necessidades, identificadas no manejo dos recursos naturais que se dão de forma diferenciada de um grupo para outro quanto às relações sociais de produção e processos técnicos de trabalho.

Pode-se perceber também uma afirmação quanto à identidade sociopolítica, sendo esta pautada na necessidade de auto-afirmação diante dos opositores nas lutas sociais.

A identificação de caráter cultural e político estabelece uma relação entre identidade e saber - fazer enquanto tradição da cultura do grupo. Importa destacar que, até o início do século XX, o principal suporte de identificação das populações era o

²⁸ Ver Chaves, Socorro. 2001:62.

racial, tendo como matriz padrão a cultura europeia, sendo que em período recente tem se buscado uma diferenciação deste modelo de identificação (Chaves,2001).

Historicamente, as bases populacionais da região vêm passando por mudanças significativas desde o processo de colonização. Em 1870, tem-se o registro do crescimento mais significativo em decorrência do primeiro ciclo da borracha, sendo estabilizado na última década do século (Morán,1990). Durante a Segunda Guerra Mundial (1940/45) registra-se uma nova oscilação, mas em menor escala. Pode-se identificar duas tendências na composição da base populacional da região a partir da metade do século XX: há uma retomada de crescimento na década de 70 até meados dos anos 80, sendo que após este período, se registra uma estabilização (Chaves,2001).

Conforme a referida autora, desde 1850, o maior contingente populacional da região é formado por "caboclos", descendentes da miscigenação entre índios e brancos e, em menor índice, entre índios e negros. A população que forma a região abrange uma diversidade de segmentos sociais como: "*extrativistas (seringueiros, castanheiros, caucheiros), ribeirinhos, pescadores artesanais*" (Chaves, 2001:63). Esta diversidade estabelece suas bases no saber-fazer específico e na distinção política entre os agentes.

A constituição do segundo maior segmento populacional da região é de migrantes nordestinos e/ou descendentes²⁹. Sendo o menor contingente populacional da região formado por nativos indígenas³⁰.

Contudo, historicamente, a população cabocla vem se reproduzindo em suas práticas socioculturais nos diversos costumes, saberes e valores herdados das sociedades indígenas, ao mesmo tempo em que redefine e atualiza outros (Chaves,2001).

Ao longo de suas trajetórias histórico-sociais, as populações caboclas têm

²⁹ Consequência, num primeiro momento, do primeiro ciclo da borracha, posteriormente resultado dos programas do governo militar (dec 60) de ocupação da Amazônia.

³⁰ Conforme levantamento da Comissão Indigenista Missionária - Am (1990/1994).

instituído alterações significativas no padrão coletivo de vida social dos povos indígenas. Contudo, pode-se perceber um padrão no interior das organizações, fruto da herança viva desses povos. São relações recíprocas que, ao mesmo tempo em que se modificam, alteram padrões estabelecidos e mantêm outros aspectos culturais peculiares à população nativa da região.

2.2.1. A emergência das populações caboclas

O *caboclo* na Amazônia surge como fruto de colonização e aculturação intensamente forçada pelos portugueses durante duzentos anos. A emergência deste segmento social é a prova de que a colonização foi um sucesso para os colonizadores, sendo a história do *caboclo* o retrato de como os europeus submeteram os povos indígenas da Amazônia ao seu domínio (Souza, 1994).

Segundo Chaves (2001), o termo “caboclo” é comumente utilizado pela sociedade urbana para falar do sujeito que vive no campo ou é oriundo do meio rural. Considera, ainda, que esta designação é marcada por forte conotação pejorativa, uma vez que rotula o indivíduo enquanto portador de uma “cultura inferior”, levando a uma distorção do termo em relação às características associadas à origem cultural do homem amazônico, uma vez que considera apenas sua vinculação à localização geográfica e à falta de formação escolar, desconsiderando a alteridade do grupo em discussão. O termo assume relevância sociocultural. Contudo, não dá conta de apreender a identidade sociopolítica do grupo social, uma vez que trata apenas de um aspecto relativo a esta população.

Ainda assim, conforme a referida autora, são inúmeros os estudos das mais diversas áreas do conhecimento (antropologia, ecologia, sociologia), que resgatam o termo caboclo enquanto referência a um “tipo cultural” fruto do processo secular de miscigenação biológica e cultural iniciado no período da conquista da região, mas que passa por um processo de atualização na dinâmica regional. As estratégias de sobrevivência, formas de uso e apropriação dos recursos naturais constituem “um verdadeiro sistema adaptativo caboclo”.

Os estudos citados ressaltam a eficiência alcançada pelo referido sistema, destacando a capacidade das populações de origem cabocla em lidar com o complexo ecossistema amazônico. Podendo ser destacado que os diversos momentos de colonização por que passou a região alteram de forma significativa, a dinâmica dos seus grupos sociais no que se refere às relações socioculturais (Marin e Hamelin *apud* Chaves, 2001:66).

As mudanças ocorridas nessas conjunturas constituíram-se mais em imposições exógenas aos grupos sociais da região. Tais mudanças impõem novos ordenamentos ao processo técnico de trabalho tradicional, mas não conseguem romper os traços marcantes e inerentes ao tipo de organização social e ao modo de produção dessa população tradicional (Chaves,2001).

As alterações e mudanças, bem como o processo de aculturação não se limita ao tempo da colonização da região, mas se estendem ao longo da história de constituição da Amazônia e suas populações. Neste contexto, identifica-se na história da região um marco de recrutamento da força de trabalho de outras regiões, a fim de atenderem a demanda por produtores extrativistas, formando assim as populações migrantes.

2.2.2. Os migrantes na Amazônia

A intensificação de fluxos migratórios direcionados ao meio rural amazônico constituem-se em fenômeno de realocamento populacional de grandes proporções no país, podendo ser identificados três momentos de maior intensidade deste fluxo: nos períodos entre 1870 e 1910, identificado como primeiro ciclo da borracha³¹; durante a Segunda Guerra Mundial, período conhecido como Batalha da Borracha; e durante o processo de integração da Amazônia implantado pelos militares³² na década de 70 (Chaves, 2001).

³¹ Acontece na segunda metade do século XIX o intenso extrativismo do látex da *Hévea brasiliensis*, matéria-prima para a fabricação da borracha, determinando o surgimento de um novo ciclo de desenvolvimento econômico na região: o ciclo da borracha (Chaves, 2001:14).

³² Ver item 2.2.1 desta dissertação.

Segundo a referida autora, os dois primeiros momentos de migração para a Amazônia era sobretudo de nordestinos convocados para o trabalho de extrativismo vegetal, sendo estes enviados em grande escala para os seringais nativos.

A borracha nativa conseguiu espaço no mercado mundial tendo em vista suas múltiplas utilidades. Assumiu lugar de destaque sobretudo na Europa, ocasionando mudanças significativas na dinâmica interna da região através de uma aproximação à prática de monoextrativismo vegetal³³.

Os seringais tradicionais tiveram sua formação a partir da posse de áreas de extrativismo tradicional. Este fato levou à “corrida pela posse de terras”, ocasionando expulsão ou extermínio dos habitantes já presentes na região, os índios. Para Chaves (1994), a desocupação das terras de seringa dos seus ocupantes tradicionais tinha como principal objetivo transformá-las em áreas de produção da borracha, o seringal tradicional.

Este seringal tradicional, segundo a referida autora, era constituído por diversas unidades familiares de produção extrativista da borracha, se os quais eram organizados, de modo geral, pelo patrão seringalista. Essas áreas ficaram conhecidas como “cativeiro”, tendo em vista as condições de subordinação praticadas nas relações de trabalho pelos patrões seringalistas (Chaves,1994).

Importa salientar que a necessidade de produção intensa da borracha, requisitada pelo mercado capitalista, impulsiona de maneira significativa os surtos de migração para a região, a qual era incentivada e realizada tanto por parte dos governos, como por particulares, haja vista a necessidade de um grande contingente de mão-de-obra.

Não obstante estes dois movimentos de incentivo à migração para a região, podem se identificar, ainda, rotas de migração “espontâneas”, atraídas pela

³³ Loureiro apud Chaves, 2001:14.

³³ Este termo era utilizado para designar aqueles que chegavam a região para trabalhar no seringal sem conhecimento da realidade local.

propaganda de um grande progresso na região. A divulgação do progresso da região atraiu, entre outros, os escravos recém-libertos impossibilitados do acesso à terra nas demais regiões do país (ver capítulo I).

A chegada destas populações à região, adivindas de diferentes áreas do país com meio ambiente bastante diferenciado, tiveram como principal consequência um estranhamento ao meio, uma vez que estes desconheciam os processos de produção e as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas populações locais.

Grande parte dos migrantes receava entrar nas brenhas da floresta tropical, considerando-a um ambiente hostil aos “*brabos*”. Estes migrantes chegavam à região sem nenhuma informação sobre a mesma quanto às formas e estratégias de sobrevivências utilizadas pela população nativa, eram enviados para as áreas de produção com suas famílias, passando a viver em regime de isolamento nos centros de produção da borracha, ficando distantes dos demais produtores, vivendo em condições de semi-servidão por dívida (Chaves, 1994).

Diante das situações de adversidade, os migrantes “*brabos*” passaram a desenvolver formas de organização social compatíveis com a realidade na qual se encontravam inseridos. No estabelecimento de relações com as populações locais, adquiriram conhecimentos, (re)elaboraram aprendizados, num processo de formação e/ou constituição de um “novo sujeito social”: os produtores extrativistas migrantes. Importa destacar que estes últimos constroem suas novas bases sob os conhecimentos e saberes dos extrativistas³⁴ tradicionais da região.

2.2.3. A convergência dos diferentes segmentos sociais da Amazônia: a constituição do segmento de pequenos produtores rurais empobrecidos

Hoje é indiscutível, com os resultados de trabalhos de pesquisa e levantamentos arqueológicos desenvolvidos na Amazônia, que o índio, quando da colonização portuguesa e europeia, já era habitante tradicional da região.

³⁴ O produtor extrativista é aquele que “vive e trabalha na floresta, mantém seu grupo doméstico quase que de forma exclusiva, pela prática regular da coleta de produtos silvestres (látex, castanhas e outras espécies florestais), da caça e da pesca”. (Chaves, 2001:67)

Contudo, a partir do processo de colonização por que passou a região, os índios sofrem com a aculturação, e o extermínio gradativo desta população é instalado. Para Souza (1994), o domínio dos portugueses sobre os povos indígenas deu início à *caboquização* do índio.

Para o referido autor, este processo teve sua gênese quando os nativos foram retirados de suas diferentes culturas e modos de produção, sendo reunidos em aldeias e vilas espalhadas de forma estratégica, até se constituírem enquanto trabalhadores livres numa economia extrativa colonial.

Daí a origem da formação de todos estes segmentos sociais na Amazônia, tendo uma base comum que é a indígena. Sendo estes, posteriormente transformados em trabalhadores "livres", constituindo novos sujeitos a partir da miscigenação na região com outros povos e raças.

Neste sentido, são inúmeros os vínculos entre os segmentos caboclos e os migrantes presentes na região, podendo ser identificados nas formas de organização sociocultural, produtiva e organizativa das populações da Amazônia (Chaves, 2001).

A história destes diferentes segmentos sociais na Amazônia, nos conduz ao entendimento de que eles, hoje, formam o grupo dos pequenos produtores familiares empobrecidos, cuja constituição da identidade está intrinsecamente relacionada, em primeiro lugar às modificações do regime fundiário brasileiro que tem proporcionado a formação de um novo campesinato (formado por pequenos produtores familiares rurais e pequenos produtores modernos, dependentes do mercado, homens livres que passam a ter sua existência mediatizada agora pela terra convertida em mercadoria) e, em segundo lugar, a todo um complexo padrão de organização da produção e das formas de gestão dos recursos naturais apreendidos historicamente, formando assim as bases do sistema produtivo das populações rurais da região amazônica.

Estes aspectos de organização da produção e das formas de apreensão dos recursos naturais construídos historicamente pelas populações nativas da região

podem ser visualizados nas práticas dos pequenos produtores familiares rurais que se encontram na Amazônia hoje. Contudo, para se visualizar esta população, faz-se necessário o estabelecimento de algumas referências históricas quanto à formação da questão agrária na Amazônia, que particularidades assume a questão do uso e propriedade da terra, especificamente na região.

2.3. Questão Agrária na Amazônia: uso e propriedade da terra

A questão agrária no Brasil, historicamente, tem assumido um caráter excludente, para um vasto segmento da população, e de apoio à concentração de terras, formando uma estrutura agrária concentrada.

Na Amazônia, a questão agrária tem sofrido consequências, reflexos e, até certo ponto, determinações (im)postas pelo tratamento dado à questão agrária no país. Essas determinações externas podem ser visualizadas a partir dos vários ciclos econômicos por que tem passado a região historicamente.

Num primeiro momento, a exploração era dos recursos naturais utilizados como matéria-prima para mercados externos à região, e esta é uma característica que tem perpassado os vários ciclos econômicos implantados na Amazônia até os dias atuais. Posteriormente, tem-se a exploração das *drogas do sertão*, desenvolvida nos primeiros anos do século XVII, período do início da colonização na região. Neste período, a ocupação de terra realizada pelos portugueses deu-se via posse e não or meio da propriedade legal. No período de 1870 e 1910 aconteceu o auge do ciclo da borracha (Chaves,2001). Duas consequências podem ser destacadas deste período e que deixaram marcas para a região:

"a formação dos seringais com a 'corrida pela posse de terras' e o recrutamento de força de trabalho para a produção da borracha com o patrocínio da migração de outras regiões em direção à Amazônia" (Chaves,2001:14)

Estes ciclos econômicos por que passou a região e, sobretudo, o ciclo da borracha provocaram verdadeira "corrida pela posse de terras" na Amazônia (Ibdem). Neste sentido, a questão agrária na Amazônia assumiu peculiaridades que dizem respeito à região, entendidas a partir de seus vários momentos de colonização e constituição histórica.

Neste contexto, pode-se visualizar que a política de "ocupação/colonização" para a região Amazônica, seja dirigida seja espontânea, remonta de longos períodos, podendo ser destacadas as quatro últimas décadas como as de maior intensidade e impacto sobre a região, assumindo certas particularidades desde seu processo de colonização.

Segundo Bernardo Sorj, o processo de colonização da Amazônia permitiu que se realizasse, tomando como comparativo o processo de expansão de fronteiras em outros períodos, uma caracterização do "*novo significado que assume o controle da terra e o papel do Estado nos processos de valorização e ocupação da mesma.*" (1986: 107).

O referido autor apresenta cinco teses para a compreensão do processo de colonização da Amazônia, e que conseqüentemente nos possibilita um entendimento das formas de ocupação da Amazônia nos dias atuais. Segundo suas teses, a Amazônia teria passado por uma colonização:

- ✓ centrada na grande empresa agropecuária, não tendo sido definida *a priori*;
- ✓ voltada para o grande capital, a ocupação e a apropriação de grandes áreas, centrando-se na possibilidade de ganhos especulativos e transferência de renda e de mais-valia social e não na ocupação produtiva das terras;
- ✓ onde a atuação ou não do Estado é clara quanto à luta de classes enquanto luta pela terra na Amazônia;
- ✓ cujas formas de trabalho e estrutura produtiva na Amazônia devem ser visualizadas a partir do atual processo de ocupação e não enquanto característica permanente de ocupação da região;
- ✓ cujas formas dominantes de reprodução das relações sociais no todo da formação

social, no que diz respeito à dinâmica do processo de colonização da Amazônia, não podem ser explicadas única e exclusivamente por suas origens (Sorj,1986).

Tomando por base as teses apresentadas, o autor afirma que, as condições de ocupação legal e/ou produtiva da Amazônia foram possibilitadas pela abertura das grandes rodovias federais a partir da década de 60, transformando-as em ponto de convergência de interesses sociais diferenciados. De um lado, uma verdadeira massa de camponeses pauperizados, advindos sobretudo do Nordeste, que viram na colonização uma possibilidade de fixar suas formas específicas de produção, através da ocupação da terra, possibilitando assim a reprodução do trabalho familiar. Por outro lado, o capital procurava canalizar em favor próprio a mais-valia que o Estado dispunha por medidas de incentivos fiscais e da renda fundiária fundadora e institucional, possibilitada pela implantação de projetos agropecuários.

Neste caso, o Estado teria duas alternativas. A primeira consistiria no atendimento dos interesses dos camponeses, o que teria resultado na conformação de uma estrutura de pequenas propriedades, garantida pelo Estado por uma política de colonização e distribuição de títulos de propriedade aos pequenos produtores, enquanto que a segunda alternativa consistiria em oferecer terras aos grandes proprietários, em detrimento dos pequenos produtores.

Importa ressaltar, contudo, que a imposição desta segunda alternativa política não se deu de forma automática, só conseguindo se afirmar nas condições de um regime repressivo onde os camponeses não tiveram condições de se organizar, bem como por um conjunto de pressões da parte dos grandes grupos econômicos, que conseguiram impor de forma definitiva seus interesses a partir de 1973³⁵, quando o Governo se posicionou claramente pelo abandono aos projetos de colonização camponesa³⁶.

³⁵ "Em fins de 1973, o Ministério do Planejamento promoveu uma visita de empresários do Centro-Sul à região amazônica. A nova estratégia refletiu-se no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, onde se convidou o capital privado a participar da colonização."(Sorj,1986:108).

³⁶ Passada a fase inicial de colonização dirigida ou espontânea, o INCRA partiu para a ocupação econômica da Amazônia, através de grandes projetos integrados de colonização com empresas privadas, sendo aprovados pela SUDAM, para fins de participação na política de incentivos fiscais. Em outros termos, agora existe ampla mão-de-obra disponível, a questão agora é apoiar de maneira unilateral o grande capital. (Sorj,1986)

Diante desta nova estratégia, foram introduzidas na Legislação modificações que possibilitaram a legalização das grandes propriedades na Amazônia, posteriormente sendo institucionalizados os processos de grilagem³⁷. Neste sentido, as formas de distribuição e ocupação de terras na Amazônia não se diferenciam das do Brasil como um todo, haja vista o regime de sesmaria implantado quando da colonização européia (ver capítulo I).

O apoio do Governo aos grandes projetos agropecuários reflete, ainda, a limitada viabilidade na perspectiva da classe dominante da Amazônia em se constituir enquanto região produtora de produtos básicos. Isto por inúmeras questões, uma delas e talvez a principal seja a grande distância dos centros consumidores do país. Contudo,

"o aparente fracasso econômico dos projetos de colonização do INCRA reflete, na verdade, a falta de apoio estatal em termos de apoio creditício e de serviços, em vez da incapacidade de produzir excedentes comercializáveis." (Woods e Mink, apud Sorj, 1978).

Tem-se com estas políticas que a colonização mediatizada pelo subsídio estatal desperta e atrai o interesse de grandes empresas do ramo da construção civil, que se aliam ao Estado na promoção dos grandes projetos de colonização para a Amazônia. Este novo grupo não se realciona à produção agropecuária,

"marca a característica central que diferencia as atuais formas de ocupação da terra das formas tradicionais, determinando ao mesmo tempo as novas características que assume a luta de classes no processo de colonização" (Sorj, 1986:110)

Na verdade, as propostas de colonização do aparelho estatal e dos grupos

³⁷ Que se dava através de distribuição de títulos de posse às grandes propriedades já instaladas a partir de processos fraudulentos. Foi dessa forma que grandes grupos econômicos do Centro-Sul do país chegaram a ficar com diversos estabelecimentos com áreas de até 600.000 ha cada. (O Estado de São Paulo, 31 de Maio de 1977). Ibidem.

empresariais, cada um com suas particularidades, influenciaram as variadas formas de ocupação e luta pela terra na Amazônia.

É importante destacar que o Estado ditatorial se constituiu enquanto promotor e viabilizador central das formas que assumiu a colonização, na verdade, o processo de ocupação na Amazônia, o que permite que este apareça de maneira "visível" enquanto formador das características que assumiu a conformação da estrutura fundiária do Brasil.

Não há dúvida, porém, de que o Estado, em seu aspecto e estrutura jurídica, esteve presente em todos os processos de ocupação de fronteira, ou "ausente" na medida que permitia, pelo uso da força ou do poder econômico, a imposição direta do latifúndio. Na verdade, a discussão em torno da ausência ou presença do Estado frente às questões de colonização do Brasil, ou mais especificamente da Amazônia, nos leva a constatar que sua presença sempre foi marcante, contudo, para defender os interesses do grande capital e da empresa privada.

Esta "ausência" do aparelho institucional do Estado na Amazônia apresenta-se novamente, uma vez que foi permitida a repetida violação da Legislação, bem como o uso direto da força por grileiros. Uma vez que o Estado assumiu de forma direta a responsabilidade pelo processo de colonização, essa ausência passou a ser, ainda, mais "sentida" por parte daqueles que necessitavam do apoio jurídico do Estado na resolução dos conflitos de terra na Amazônia.

A grande empresa agropecuária estabeleceu-se na Amazônia, não só em oposição à pequena produção, mas sobretudo pela existência permanente de uma massa de imigrantes, constituindo-se em mão-de-obra disponível para o trabalho de abertura da floresta e, num segundo momento, em menor escala, como mão-de-obra temporária ou permanente das grandes áreas fundiárias.

A principal diferença das formas tradicionais de colonização foi a menor relevância que passou a assumir o trabalho do posseiro, enquanto principal mecanismo de valorização da terra da qual o grande proprietário se apropriou posteriormente. Este

tem sido um dos mecanismos secundários de apropriação de excedente do trabalho camponês.

No período de colonização, a forma de exploração da força de trabalho mais encontrada na Amazônia foi a do aviamento³⁸ (ver capítulo II, 2.2). O formato original da cadeia de aviamento encontrava-se embasado nas tradições de troca das sociedades indígenas, sendo estas redefinidas por novos códigos a fim de atender a subordinação pela dívida praticada pelos seringalistas (Chaves, 1994).

Uma das alternativas econômicas destacadas pelo autor é a da pecuarização da Amazônia, mas esta apresenta limitações, reconhecidas inclusive pelos órgãos governamentais. Importa ressaltar, porém, que esta tem determinado o padrão de ocupação fundiária e, conseqüentemente, das formas de organização da força de trabalho na região, nos dias atuais.

Neste sentido, pode-se afirmar que são vários os aspectos que se entrecruzam para explicar a expansão da fronteira na Amazônia historicamente. Entre eles podem ser citados como os de maior destaque:

- excedente populacional do Nordeste que pressionou através do processo de colonização espontânea, avançando nas áreas de fronteiras do Maranhão e Mato Grosso num primeiro momento, atualmente dirigindo-se para Rondônia;
- a busca de soluções, pelo governo, para o problema das tensões sociais no Nordeste, resguardando-se de proceder a transformações estruturais profundas³⁹;
- a construção de Brasília que desencadeia o processo de expansão de fronteiras e rodovias, particularmente a rodovia Belém-Brasília;
- a prática dos grandes grupos dominantes na Amazônia, que buscavam novas formas de acumulação de capital a partir do apoio do Estado;

³⁸ Este trabalhador aviado parte para o processo produtivo endividado com o aviador, o qual controla toda mercantilização do produto, num ciclo onde o trabalhador se encontra sujeito, tendo em vista seu endividamento permanente com o comerciante. Este endividamento assegura a força de trabalho no local, ao mesmo tempo que impossibilita o trabalhador assalariado de se tornar um posseiro. (Sorj, 1986)

³⁹ "Esta é possivelmente a causa explícita mais importante no desenvolvimento da construção da transamazônica" (Sorj, 1986:115).

- os interesses da "burguesia contratista" (dependentes de contrato com o Estado) nos lucros gerados pela construção da Transamazônica;
- a necessidade de oposição à pressão do imperialismo para a internacionalização da Amazônia;
- a existência de importantes reservas minerais;
- a ideologia do governo militar de integração nacional e ocupação de fronteira.

Diante de todos estes aspectos, especialmente o do último item, foi no período dos governos militares correspondentes os anos de 1964 a 1985 que se criaram vários instrumentos de regulação e posse da terra, sendo dado apoio decisivo ao plano nacional de integração e ocupação da Amazônia, que, segundo do Valle Júnior,

“ao invés de implementar um Plano Nacional de Reforma Agrária, foi adotada a política de ocupação de vazios demográficos, com a discriminação de terras devolutas da União, a regularização fundiária e a colonização oficial e particular nas áreas de fronteiras agrícolas” (1997:37).

Segundo Chaves (1997), no final da década de 60 e início da década de 70, o Brasil foi marcado pela elaboração e implementação de políticas de colonização, em que *“os Assentamentos Rurais na Amazônia fizeram parte de um projeto maior que objetivava promover a alocação de populações rurais” (1997:293).*

Para Chaves (2001), na década de 70, houve um redimensionamento dos Programas de Integração da Amazônia, implantados durante os governos militares (1964). A nova etapa do processo de ocupação da Amazônia foi (re)iniciada a partir da implementação do Plano dos Grandes Eixos Rodoviários, seguido de diversos projetos de colonização implantados às margens das rodovias que seriam construídas.

Segundo a referida autora, estes assentamentos visavam ao deslocamento dos trabalhadores rurais, principalmente do Nordeste, na tentativa, ainda, de atenuar as lutas e conflitos por terra nesta região. Pode-se dizer que esta é uma realidade

presente ainda hoje, não que tenham as mesmas configurações, mas há uma forte presença de nordestinos em assentamentos na Amazônia, advindos tanto deste período de grande processo migratório para a região, como de períodos mais recentes.

Este deslocamento de pessoas para a região amazônica foi uma estratégia encontrada pelo governo militar a partir de 1960, para a supressão das pressões desenvolvidas sobre os latifúndios nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, ao mesmo tempo em que atendia às demandas dos grandes capitalistas para a região Norte por mão-de-obra, onde, segundo discurso oficial, o índice demográfico baixo tornava difícil a execução dos projetos de diversificação produtiva, movida a partir de incentivos fiscais e elaboração de vários programas que se constituíram enquanto substitutivos de uma verdadeira política de reforma agrária.

Neste caso, a Amazônia foi tida enquanto área de fronteira⁴⁰ agrícola que, segundo Silva, foi "*considerada como fronteira a partir do ponto de vista do capital, entendido enquanto relação social de produção*" (1994:16), e ainda, por suas grandes extensões de terras ainda não exploradas.

Fatores que evidenciam o entendimento da região amazônica enquanto áreas de fronteira são os programas e projetos de colonização, como substitutivos da reforma agrária, elaborados neste período (1964-85), cujo percentual de 76,1% eram direcionados para a referida região, mesmo sendo esta considerada de difícil acesso⁴¹. Com a adoção desta política, se avançou na ocupação do território nacional⁴².

Entre os programas elaborados, pelo governo militar como substitutivos da política de reforma agrária, podemos citar o Programa de Integração Nacional - PIN⁴³

⁴⁰A discussão em torno do conceito de fronteira vai além. Para este, a fronteira constitui-se na área marginal de determinada sociedade nacional em relação a outra, mais poderosa e dominante. Neste caso, a fronteira estaria sendo "aberta" às influências, teoricamente modernizadoras, bem como aos diversos tipos de fluxos oriundos da área dominante, como: de mercadorias, pessoas, capitais, informações que, de maneira lógica pretendem dominar a "nova" área. A fronteira americana dos séculos XVIII e XIX é a referência clássica. "*Corresponde, quando se trata de países diferentes, ao conceito de colonização*" onde "*qualquer que seja o caso, o sistema social e cultural da vida nativa devem ser arrasados, antes de mais nada.*" (Hébette apud Polanyi, 1980:181).

⁴¹ Do Vale Júnior, 1997.

⁴² Importa ressaltar, contudo, que a Amazônia e mesmo o Brasil, antes da chegada dos portugueses, já era habitada por populações indígenas, Souza (1994). Ver capítulo II, item 2.1.

⁴³ Instituído a partir do Decreto Lei n. 1.106, do governo Médici, "que propunha a ligação entre o Nordeste e a Amazônia." Chaves, 2001.

(1970); Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA⁴⁴ (1971); Programa Especial para o Vale do São Francisco - PROVALE(1972); Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA (1974); Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE (1974).

Dentre os programas citados, o PIN e o PROTERRA foram os que mereceram maior atenção e volume de recurso para implementação. O principal propósito era ocupar parte da Amazônia ao longo da rodovia Transamazônica. O PIN buscava integrar *"os homens sem terra do Nordeste às terras sem homens da Amazônia"* (slogan da era militar no Brasil).

Com os programas do PIN/PROTERRA, o governo pretendia redirecionar os modelos de desenvolvimento propostos para o Nordeste e para Amazônia para a industrialização com substituição de importações. Com um forte investimento nos meios de propaganda em todo país, a nova estrada - Transamazônica - e o PIN passaram a ser o símbolo da integração nacional, bem como do progresso econômico brasileiro (Chaves, 2001).

Diante dos incentivos e propagandas, a região amazônica recebeu nova frente de ocupação, tendo sido impulsionada pela exploração agroflorestal e pecuária, agora por uma população bastante heterogênea, introduzindo um novo aspecto no *"processo de especulação da terra, de concentração fundiária e de devastação da floresta"* (Rocha apud Chaves,2001).

Segundo Oliveira (1994), a Amazônia Brasileira ficou conhecida neste período pela sua expansão econômica, através dos megaprojetos de impacto do regime autoritário, podendo ser destacados Carajás, Tucuruí, Transamazônica, Zona Franca de Manaus e Balbina.

Nas décadas de 80 e 90, a luta pela terra acirrou-se, a violência no campo

⁴⁴ Este visava favorecer o acesso à terra, enquanto instrumento governamental de solução "pacífica" do problema agrário. Costa, 1988.

aumentou. Para dirimir os conflitos, o governo criou dois órgãos⁴⁵: o Grupo Executivo de Trabalho do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM), responsável pela titulação e colonização de terras para as populações pobres. No entanto, suas ações foram caracterizadas pela manutenção da estrutura polarizada de propriedade, bem como pela intervenção estatal em prol das grandes empresas capitalistas, permanecendo o veto à terra ao campesinato (Hall apud Chaves 2001).

2.3.1. Reforma Agrária na Amazônia

O primeiro instrumento de regulamentação fundiário no Brasil é a Lei de Terras de 1850, por meio do qual se pretendia regulamentar as terras devoluta e disciplinar novas formas de acesso à propriedade de terras públicas. O acesso só poderia ser feito, a partir deste momento, mediante compra e venda de terras, convertendo-se dessa forma a terra em mercadoria. Posteriormente foi criado o Estatuto da Terra - 1964, que deveria defender as empresas agrícolas e dar conta de uma visão desenvolvimentista da agricultura.

Tendo como base este contexto agrário no Brasil, deu-se início à discussão e implementação de propostas políticas de reforma agrária para o país. Vale ressaltar que, numa perspectiva histórica, a ênfase da reforma agrária vem sendo substituída por projetos de colonização.

Para Chaves, a partir da década de 70, o modelo de desenvolvimento adotado para a Amazônia "*determinou uma política de ocupação direcionada ao favorecimento dos proprietários de outras regiões e dos projetos agropecuários*" (2001:38), criando assim uma política de negação da região e de seus habitantes.

A região passou a ser vista enquanto área de fronteira agrícola, para onde se poderia redirecionar as populações que se encontravam em áreas de acirrados conflitos pela terra, ao mesmo tempo em que atendia a demanda de mão-de-obra na

⁴⁵ Dec. Presidencial n. 1.767, de 01.02.80. Chaves, 2001.

região Norte (Chaves,2001).

Nobre (et al,1985) visualiza a reforma agrária enquanto um conjunto de medidas voltadas para a modificação radical das formas de relação de produção no campo, envolvendo não somente a distribuição de terra, mas eliminando as formas de exploração do trabalhador no campo. Pode-se dizer que esta reforma agrária ainda não aconteceu no Brasil nem na Amazônia.

Esta afirmação tem suas bases, ainda, no entendimento de que a reforma agrária não se constitui exclusivamente enquanto uma questão técnica, mas sobretudo política, de luta contínua e pressão por parte dos segmentos rurais, a fim de modificarem as relações de trabalho e propriedade na qual se encontram inseridos.

No caso da Amazônia, as propostas de projetos de uma reforma agrária para a região deixam evidente o tipo de política adotado pelo país. Foram vários os planos de colonização para a região enquanto substitutivos de uma política de reforma agrária, ficando ausente a discussão da questão agrária no Brasil e na região.

Entende-se, assim, que esta luta por uma reforma agrária tem que levar em consideração as diferenças regionais e dos sujeitos sociais envolvidos neste processo.

CAPÍTULO III – O estudo de caso do Assentamento da Reforma Agrária Iporá: a relação homem – natureza

O presente capítulo apresenta a contextualização do Assentamento de Reforma Agrária Iporá como *locus* privilegiado de estudo e analisa a relação homem - natureza no uso da terra pelos pequenos produtores familiares rurais assentados⁴⁶.

Para uma melhor compreensão do capítulo, o mesmo encontra-se subdividido em quatro partes. Na primeira será apresentada a constituição do Assentamento de Reforma Agrária Iporá. No segundo, procura-se mostrar as origens e trajetórias⁴⁷ dos assentados do Iporá. A terceira parte constitui-se do momento da chegada à área do assentamento, suas impressões da localidade. A quarta parte aborda a dinâmica interna do assentamento, suas formas de organização e produção.

⁴⁶ Este capítulo da análise da dinâmica interna do Iporá, sustenta-se sob duas bases de informação: os documentos produzidos pelo grupo de pesquisa TECALT e as informações coletadas pela pesquisadora.

⁴⁷ Neste trabalho não se adotou a história da trajetória de vida dos sujeitos em sua totalidade, mas se procurou trabalhar com os momentos que, para eles, se constituem os mais significativos, aqueles que emergem em seus discursos, de suas vidas, momentos da trajetória que ficaram marcados como os de maior relevância.

3. A constituição do Assentamento de Reforma Agrária Iporá

O Assentamento Iporá constitui-se parte do Programa de Reforma Agrária no Amazonas desencadeado sobretudo a partir da década de 70 na região.

Neste sentido, a constituição do assentamento não pode ser visualizada de maneira isolada, mas inserida num contexto, qual seja o da questão agrária no Brasil, conforme explicitado anteriormente, com seus momentos de lutas, avanços e recuos, tendo momentos de maior ou menor evidência, de acordo com os atores sociais e forças políticas envolvidos nesta trama.

No bojo desta discussão é que o Assentamento de Reforma Agrária Iporá foi implementado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA⁴⁸, tendo sua emissão em 19.04.90 a partir da desapropriação das áreas do Imóvel Iporá⁴⁹ e cerca de 20.929ha⁵⁰ pertencentes a União, estando localizado entre os municípios de Rio Preto da Eva e Itacoatiara, do Km 127 ao 146 do lado direito da estrada Am 010. A responsabilidade pelos recursos no âmbito municipal no assentamento atualmente tem se dividido entre as Prefeituras do Rio Preto da Eva e de Itacoatiara.

Conforme relatório do grupo de pesquisa Tecnologias Alternativas (1997/98), antes da regularização da área do assentamento, uma parte do Iporá já se encontrava ocupada por 60 (sessenta) famílias oriundas de diversos lugares, tanto do interior do Estado do Amazonas, como de outras regiões, sobretudo do Nordeste.

Segundo relato dos próprios assentados, a área do Iporá pertencia a um político do Estado do Amazonas que, durante o período de incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal através do Programa Pró-álcool, estabeleceu famílias na referida área a fim de plantar cana para atendimento do programa, sendo posteriormente desativada a fazenda de cana e vendida para a União para fins de reforma agrária.

⁴⁸ O INCRA é o órgão oficial do Governo responsável pela implementação da política de Reforma Agrária no país.

⁴⁹ Dec. 97.435 de 05.01.89 e do Dec. 98.200 de 27.09.89.

⁵⁰ Conferir mapa da área fornecido pelo INCRA, Anexo A,

Mas, ainda, conforme relato dos assentados, as terras foram exauridas com a plantação da cana e a utilização de muitos produtos químicos, ocasionando degradação. Segundo os assentados, o ditado popular "*em se plantando tudo dá*", se modifica para "*em se plantando nada dá*" na área do Iporá. Após a desativação da fazenda algumas famílias permaneceram na área.

As primeiras famílias foram ocupando provisoriamente as casas existentes, no total de 39, distribuídas em duas vilas (Seis de Janeiro e Manápolis). Com a regularização da área todas as famílias foram cadastradas junto ao INCRA para permanecerem no assentamento, saindo das vilas e recebendo os lotes para desenvolver suas produções.

Com a regularização da área do assentamento Iporá pelo INCRA, o número de assentados aumentou, de acordo com dados da pesquisa realizada na área pelo referido grupo de pesquisa. Em 1994 residiam no Assentamento 215 famílias, segundo informações prestadas pelas organizações dos produtores - associações e Conselho de Assentados, confirmada pelos técnicos do INCRA. Segundo estes, o potencial do Projeto é para o assentamento de 500 famílias.

O levantamento realizado em setembro/1997 pelo mesmo grupo de pesquisa indica que houve ampliação do número de pessoas residentes na área do assentamento tomando por base o período de 1994. Conforme observação direta e sistemática realizada pelos pesquisadores do projeto em 1997, havia uma média de 400 famílias residentes na área. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA afirma estarem assentadas 500 famílias⁵¹.

A efetivação do assentamento não ocorreu como uma ação isolada do INCRA. Desde sua gênese, conta com o envolvimento e participação direta dos assentados que já se encontravam morando no local⁵². Neste sentido, comprova-se que os assentamentos têm suas origens "*por um lado, em políticas do Estado e, por outro, em pressões dos trabalhadores e seus aliados*" (Esterci, 1992:19)

⁵¹ Segundo Ofício/INCRA/SR(15)G N°571/97

⁵² Esta é uma leitura/análise desenvolvida pela área social do projeto de Tecnologias Alternativas, conforme relatório do grupo de pesquisa.

Para a consolidação do Projeto de Assentamento Iporá foi determinado um prazo de 04 (quatro) anos, conforme anteprojeto do INCRA, para a execução de um Plano Agrícola de Implantação, tendo como objetivo essencial: incentivar a produção de culturas olerícolas e alimentares para atender o mercado de Manaus, principal centro consumidor do Estado, à medida que abastecimento de produtos olerícolas para Manaus depende basicamente da importação total de alguns produtos (cebola, alho, beterraba, batata e cenoura) e proporcionar condições adequadas à autonomia social e econômica dos assentados.

Tendo por base principal a produção agrícola⁵³ dos assentados, o PAI tem apresentado inúmeros problemas, para o desenvolvimento da agricultura, principal atividade produtiva, para o atendimento de um mercado consumidor, cujo fator determinante desta dificuldade, segundo os assentados, o problema de lidar com a terra, o tipo de solo da região amazônica e a falta de infra-estrutura, entre outros. A partir da ótica dos assentados que vivem no Assentamento Iporá, "a terra não é boa" para produzir.

Para Ferrante (1994), é na fase de efetivação do assentado que ocorre certa relação de "estranheza" entre este e a terra, por causa de aspectos culturais, político-organizativos e de produção, entre outros. Esta "estranheza" está bem presente na fala de um dos assentados, quando diz que, ao vir para a terra firme, não tinha criado uma "consciência" ainda, formou-a na área de várzea, daí decorrendo dificuldade em lidar com agricultura de terra firme. Textualmente, diz:

"Eu nasci na terra firme do município de Careiro, Castanho que é hoje, agora, mas quando eu sai de lá tinha 15 anos. Eu ainda não tinha uma consciência própria ainda. Eu já criei na várzea uma consciência própria(...). Fiquei uma média de 25 ano mais ou menos na várzea. 25 ano de várzea eu criei uma cabeça fechada praquilo. Quando eu cheguei aqui, eu tava com a cabeça matuta daquelas coisa da várzea que eu demorei de

⁵³Conforme relatório do Grupo de Pesquisa de Tecnologias Alternativas, embasado no Anteprojeto Iporá/INCRA, o objetivo era essencialmente incentivar a produção de culturas olerícolas e alimentares como:cebola, alho, beterraba, batata e cenoura. Não foi possível visualizar o incentivo, neste primeiro momento, das culturas regionais.

ampliar uma memória diferente aqui na terra firme" (T, 2001).

O mesmo assentado afirma ainda que, quando chegou ao assentamento, tentou plantar utilizando as mesmas técnicas da área de várzea. Era a forma que sabia fazer, que tinha aprendido. Diz que teve muita dificuldade até entender que na terra firme era diferente da várzea. Ressalta que " *tudo produz rápido na várzea mas se perde rápido com a cheia*" (T, 2000). A técnica de plantio da várzea é diferente da técnica da terra firme, onde tudo é mais demorado.

Um outro aspecto que tem dificultado o desenvolvimento da atividade produtiva nas áreas de assentamento é a forma como estas áreas têm sido visualizadas por seus gestores, qual seja, o de considerar como concluído o processo de assentamento apenas com a entrega da terra ao assentado, sem considerar os aspectos socioeconômicos, político-organizativos e culturais que envolvem a questão. Ao contrário, é a partir deste momento que se inicia o processo de efetivação do assentado na terra, necessitando de condições estruturais concretas que assegurem sua permanência na área.

Neste sentido, pensar a viabilidade socioeconômica e desenvolver estudos prévios das áreas desapropriadas para fins de reforma agrária constituem-se em etapas a serem realizadas *a priori* sob qualquer outra medida, a fim de que se possa garantir o efetivo desenvolvimento das áreas em questão.

Um outro fator que tem se constituído em ponto de entrave para o pleno desenvolvimento da atividade produtiva no Iporá, conforme dados do grupo de Pesquisa de Tecnologias Alternativas (1997/1998), é que parte da população é oriunda de outras regiões, sobretudo, do Nordeste do país, o que dificulta na hora de lidar com a terra, plantar, produzir, pois eles dizem que é diferente do seu local de origem.

Um dos assentados relata:

"Vim para o Pará/Transamazônica em 1971, através de programa do Governo Federal de assentamento de terra na Amazônia". (J,2000).

Frutos do processo de migração por que passa não só a região amazônica mas todo o Brasil (ver capítulo I e II) desde sua colonização, os pequenos produtores familiares rurais do Iporá encontram-se, também, fazendo parte deste contexto.

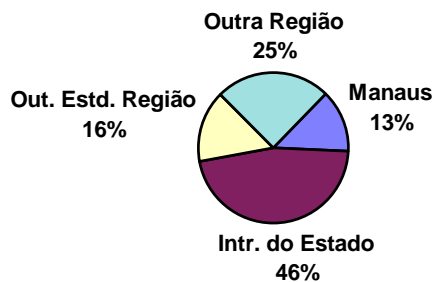
Importante ressaltar que este contexto de luta pela posse e uso da terra dos pequenos produtores rurais pode ser melhor, apreendido a partir da origem e trajetória de vida que estes vêm experienciando, num processo de passagem por várias áreas do país e de construção de seus sujeitos sociais.

3.1. Os Assentados do Iporá: suas origens e trajetórias

Adivindos de várias regiões do Brasil e até de outros países, os assentados do Iporá apresentam características e peculiaridades próprias como resultado de suas trajetória de vida. Em geral, vêm em busca de terra para plantar e sobreviver com a família, com projetos de vida de que os dias vindouros sejam melhores que os deixados para trás.

Os assentados do Iporá, conforme relatório do Grupo de Pesquisa de Tecnologias Alternativas 97/98, são oriundos de diferentes regiões do país, conforme representado no **gráfico 01**.

Gráfico 01 - Origem dos assentados



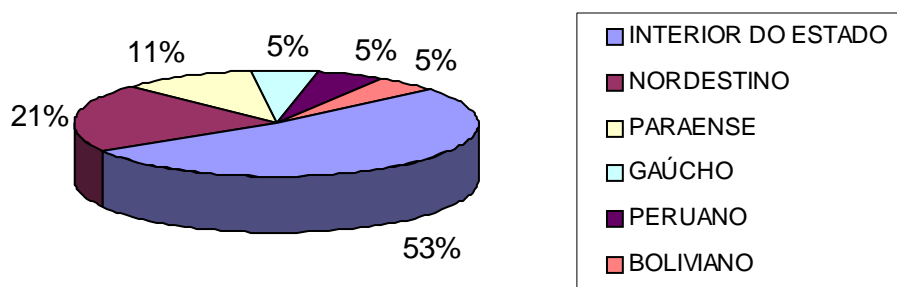
Fonte: Grupo de Pesquisa de Tecnologias Alternativas - 1º Levantamento socioeconômico

No que tange às informações sobre a naturalidade dos assentados, os dados obtidos no período de 97/98 confirmam o primeiro levantamento realizado em 1994 pelo grupo de trabalho de Extensão da Universidade do Amazonas de que 46% é oriunda de municípios do interior do Estado do Amazonas. Entretanto, constata-se uma presença considerável de famílias advindas de outras regiões, sobretudo do Nordeste, num percentual de 25%.

O resultado do levantamento realizado pela pesquisadora no período de 2000/2001 confirma os dados levantados anteriormente pelo grupo de pesquisa TECALT, conforme relatório, uma vez que do universo pesquisado 52% são oriundos

do interior do Estado do Amazonas, ficando o segundo maior percentual de 21% para os migrantes advindos de outras regiões, mas sobretudo do Nordeste.

Gráfico 02 - Origem dos assentados



Fonte:Rodrigues Débora, 2001.

Esta realidade do Assentamento Iporá, quanto à constituição da sua população, demonstra que, no caso específico da Amazônia, são vários os momentos de colonização por que passou e passa ainda hoje a região. Pode-se destacar, porém, que o processo de migração para a Amazônia foi intensificado durante o primeiro ciclo da borracha e, posteriormente, no período dos governos militares, sendo que esta ainda é a realidade atual, não com a mesma intensidade e configuração, mas a Amazônia permanece sendo vista enquanto área de fronteira com grandes extensões de terras à serem "ocupadas".

É importante destacar que, a história de deslocamento dos pequenos produtores familiares rurais brasileiros não consiste em algo novo, mas hoje encontra sua determinação na grande concentração de terras, estabelecendo assim novas relações sociais e de produção no meio rural brasileiro, ocasionando intensificação do processo de migração da população rural de uma área para outra, configurando assim o que

Martins (1990) denomina como um nomadismo por parte deste segmento social na busca de um local para se fixar, plantar, lidar com a terra e produzir para garantir a subsistência da família.

Este processo de passagem por diversas áreas tem demonstrado que as diferentes experiências de trajetórias de vida destes assentados têm lhes assegurado saber que dizem respeito aos mais diferenciados momentos por que passaram e passam no seu dia-a-dia. Entre eles pode-se ressaltar a relação que estes estabelecem com a natureza nas diversas formas de uso e propriedade da terra, a partir de suas trajetórias, com saberes e conhecimentos apreendidos e (re)elaborados em cada localidade pela qual têm passado, como se pode visualizar no quadro das origens e trajetórias.

Quadro 01 - Origens e trajetórias

ORIGEM	TRAJETÓRIA	CHEGADA
Lábrea	Manaus-Presidente Figueiredo-Boa Vista	Iporá-AM
Fonte Boa	Manaus-Porto Velho-Jiparaná-Itacoatiara-Rondônia	"
Itaituba	Santarém-Belterra	"
Maranhão	Imperatriz-Santarém-Belém-Marabá	"
Peru	Colômbia-Venezuela-Argentina-São Paulo	"
Codajás	Manaus-Rondônia-Presidente Figueiredo	"
Itacoatiara	Porto Velho-Itacoatiara-Porto Velho-Itacoatiara-Maués-São Sebastião do Uatumã-Itacoatiara	"
Bolívia	Humaitá-Porto Velho-Rio Branco-Caracaraí-Manaus-Rio Preto da Eva	"
Maranhão	Goiás- Murici –Pará	"

Fonte: Rodrigues Débora(2001).

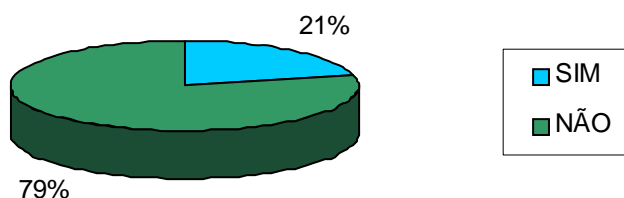
Importa ressaltar, contudo, que a junção de pessoas com diferentes origens, trajetórias, costumes e valores sociais e culturais, acaba por determinar uma dinâmica

singular e ao mesmo tempo complexa, gerando manifestações políticas e culturais que coadunam elementos de diversas orientações, revelando a riqueza dos sujeitos sociais em particular, ao mesmo tempo em que revela uma capacidade sempre inovadora de (re)construção no estabelecimento das relações sociais, dos códigos, normas e valores apreendidos em suas histórias de vidas.

Muito embora a maioria dos assentados tenha sua origem ligada ao meio rural, os dados levantados pelos pesquisadores do grupo de Tecnologias Alternativas revelam que 71,42% dos informantes afirmaram já terem residido em Manaus antes de irem para a área do assentamento, o que implica que os assentados estão fazendo a trajetória campo – cidade - campo, revelando ainda a busca de dias melhores num retorno às origens, mesmo que estas estejam distantes.

Segundo dados da pesquisa realizada (2001), do total de informantes pesquisados, 21% afirmam que sempre trabalharam na agricultura, enquanto o maior percentual, 78% dos entrevistados, apesar de terem suas origens ligadas ao meio rural, já passou por experiências de mão-de-obra não qualificada nos centros urbanos ou desenvolveram atividades no mercado informal.

Gráfico 03 - Sempre trabalhou na agricultura



Fonte:Rodrigues, Débora (2001).

Segundo D’Incao, é relevante a ênfase a esta questão, tendo em vista que ela nos “*aponta para as condições nas quais essa população vivenciou o referido processo e foi incorporada à vida urbana*”(1991:89). A passagem pelos centros urbanos, a desorganização da forma de exploração familiar agrícola anterior resulta, em certa medida, em fatores determinantes no que tange à diferenciação que expressam nas formas de manejo dos recursos naturais dos camponeses tradicionais da Amazônia, em relação às demais áreas do país, pelo menos de uma parte dos produtores.

Para a referida autora, o constante movimento dos pequenos produtores rurais de uma área para outra é dirigido pela esperança de alcançar uma vida mais estável, mais segura. Com esta postura, demonstram incessantemente que é sempre possível recomeçar mais uma vez.

Este retorno à terra não se liga ou não pode ser entendido como um momento de nostalgia de um bom tempo vivido “na roça”. Ao contrário, é um “*desejo de buscar esse tempo bom, sempre projetado, para o futuro*” (D’Incao, 1991:91).

No caso específico de um assentamento de reforma agrária, há sem dúvida a vocação presente de produzir para integrar-se ao mercado e para a própria subsistência, assim como na razão da organização para o acesso ao crédito e aos bens e serviços sociais, enfim busca-se a superação do isolamento. Este fato em si proporciona uma modificação na dinâmica deste segmento. Há a necessidade de retirar a subsistência da família, garantindo a reprodução social, entendendo que estas formas de relações socioculturais com a natureza vêm sendo construídas socialmente e historicamente pelos sujeitos envolvidos.

São experiências de vidas marcadas, muitas vezes, pela necessidade sempre presente de mudar de um lugar para outro, sempre na busca de melhores condições de vida, de dias melhores. Neste sentido, estão constantemente sendo desafiados a (re)começar. Como é o caso de um dos assentados que relata:

“ *Eu saí de Manaquiri porque eu não aguentei com a*

várzea(...) Uma pessoa que tem 40 ano pra 50 ano como tava a minha idade a gente vai perdendo a força de produzir e vai precisar de uma renda, um lugar que renda sem a gente começar diariamente, e eu vi uma coisa lá na várzea, eu trabalhava 6 meses, e passava seis meses comendo, eu tinha meio ano pra produzir, e quando terminava a enchente que vinha a terra eu olhava, eu plantava mil pé de banana, ou dois mil ou três mil, e quando terminava a enchente eu não tinha nenhum, a enchente levava tudo. Quando vinha a enchente levava tudo, e quando acabava eu tinha que começar do zero, e quando eu não pudesse mais plantar? Da onde eu vou colher? (...) Depois, decidi vim embora pra terra firme "(T, 2001).

É interessante observar que, apesar de todas as dificuldades, o momento da chegada ao novo espaço é cercado de expectativas e projetos elaborados para serem desenvolvidos na nova terra, o olhar é de quem tem esperança no novo (re)começo, embora seguida de desencantamento posteriormente.

3.2. A chegada ao Iporá: e o confronto com um novo contexto

"Será que aqui é a terra prometida, muito verde, bonito, ..." (G,2001)

O primeiro momento no assentamento, o instante da chegada à área, segundo relato de alguns dos assentados, é de verdadeiro encantamento com que os olhos conseguem apreender neste contato inicial. Conforme relata um dos assentados "... minha impressão foi de encontrar o paraíso" (F,2001).

Para outros, há apenas o olhar em busca de algo além do aparente, da certeza de que este seja o lugar certo para ficar, para fixar morada, como se pode visualizar a partir da fala do assentado:

" Quando eu cheguei aqui, dei uma olhada, tudo era mato, não tinha nada, eu andei ,olhei, e pela beira da estrada(...) e dentro da mata ninguém vê nada, e eu só dei uma volta, aí decidi ficar por aqui mesmo, ta mais perto de Manaus"
(J,2001)

Para um dos entrevistados, o momento da chegada no assentamento trouxe lembranças de tempos anteriores que marcou sua vida profundamente, como afirma:

" Quando eu cheguei aqui, a primeira impressão era que em 1961, eu era garoto, o meu pai comprô um lote, que hoje é ligado a BR-319. Quando eu cheguei lá eu lembrei. Aqui é a mesma coisa, quando meu pai enfrentou em 61, que ele nos levou lá pra dentro daquela mata, que não tinha um palmo de área e nós fomos começar a fazer a abertura. Aí como era muitos irmão, meus irmão eram jovens fortes, solteiros, e eram 6 irmão naquela época, tudo grande, entrou no movimento de desmatção. Aí eles colocaram 11 hectares dentro da mata, aí meu pai plantou castanha, seringa, mandioca, pimenta do reino. Aí veio um verão forte pra cá pra Amazônia, nessa época meu pai já tava com muito mais que 11 hectares, as seringueiras já estavam saindo as primeiras flores, aí queimou tudo, matou tudo. Foi trabalho de 10, 11 anos, e quando cheguei aqui lembrei de tudo isso, e decidi enfrentar. Eu trabalhando com a força que eu tenho em 10 anos eu consigo me estabilizar" (T,2001).

É neste sentido que partilhamos da perspectiva posta por D'Incao, quando afirma que o retorno a terra, ao campo nem sempre é devido a tempos "bons" vividos na roça, mas muitas vezes por uma necessidade sempre presente de busca de dias melhores colocados para o futuro, e o que fica mais forte neste depoimento é a capacidade de novamente (re)começar apesar de experiências pretéritas sem êxito.

Em outros casos, pode-se identificar o encontro de uma paz e tranquilidade não encontrada na cidade ou locais por onde passou, como afirma uma das assentadas:

"Tive paz, tranquilidade. Paisagem bonita, sem preocupação com roubo, morte, gosto do projeto. O galho simboliza minha paz" (J,2001).

O desejo de poder produzir, ter terra para plantar encontra-se presente em todos os discursos. Poder sobreviver com a família daquilo que planta é o que almejam todos os assentados quando do momento da chegada. Segundo D'Incao, isto indica seus planos subjetivos, que significa a realização de um "sonho" do estar na terra (1991:87).

Para Ferrante, este processo de busca pela terra e de "melhores condições de vida" ou de "dias melhores" precisa de que se leve em consideração as diferenças concretas existentes entre os sujeitos em questão. O que move, leva para terra, o desejo de tê-la "é o desejo de independência, é um negócio de raiz" (1994:136). Há uma luta pelo retorno ao tempo vivido, haja vista todos terem alguma relação com a terra, a agricultura em suas origens, mas agora com novos significados e aprendizados.

A maioria dos assentados apresenta o interesse pela agricultura devido à vida cara na cidade, ao gosto que têm pela terra. Muitas vezes o peso de experiências anteriores no lidar com a natureza aliam-se a isto, a perspectiva de trabalhar com maior liberdade, viver melhor, ter um maior controle sobre o uso do seu tempo, bem como o produto do seu trabalho, conforme relato de alguns assentados:

"Já estava saturado de receber ordem de patrão" (A, 2000).

" Queria um terreno que desse o que a gente precisa." (C,2000).

"A vida na cidade é muito cara" (J,2000).

"Eu saí de lá vindo pro Pará, porque eu sempre tive aquela vontade de ter uma área de terra pra mim, porque nunca gostei de ser mandado" (J,2001)

As histórias de vida são distintas, contudo, o desejo de "dias melhores" é comum, o que não desfaz as diferenças, podendo-se encontrar pontos comuns nas falas.

Não obstante todas estas questões apresentadas pelos assentados, a realidade concreta apresenta dificuldades, impõe limites, desafia os mesmos em sua capacidade de concretizar os planos e projetos, elaborados antes da chegada à área. Estas dificuldades podem ser visualizadas nos próprios discursos quando relembram o momento da chegada. Um dos assentados afirma *"a gente se enganou, eu mesmo me enganei, achei que a terra fosse melhor um pouquinho"*(Sr. J.,2001)

Para Abramovay (1994), o mundo "encantado" diz respeito à projeção, aos "sonhos", à elaboração de planos para o momento da chegada à terra, mas que a realidade do assentamento trata de desencantar. Há necessidade de (re)construir os "sonhos", planos e projetos pensados quando ainda estavam distantes.

A partir do momento em que chegam à área do assentamento, pode-se observar pelos discursos que a qualidade de vida em relação à situação anterior sofreu alteração para melhor. Ainda que apresentem dificuldades em produzir na área do

assentamento, em manter a subsistência da família, afirmam que a realidade anterior era pior.

3.2.1. As condições de permanência: limites e possibilidades

Com todas as dificuldades encontradas na área do assentamento, o percentual de desejo de permanência na terra está em torno de 80%. Afirmam ter acontecido mudanças na vida da família após a vinda para a área, principalmente pela possibilidade de trabalharem e produzirem para eles mesmos, pela tranquilidade.

O maior problema apontado pelos assentados para permanência na área diz respeito ao aspecto econômico-financeiro, de assistência técnica e da qualidade da terra.

"A terra é ruim por que tem que trabalhar com adubo" (N,2001)

"Hoje é decepção, por que planta e não colhe, mas entre aqui e a cidade prefiro aqui" (G,2001).

O que se pode perceber hoje é um quadro de grande rotatividade em áreas de assentamento. No caso específico do Iporá, a questão é abordada por considerar-se que este está regularizado desde 1991, com uma variação entre 10% a 15% de rotatividade/ano, sendo que esta rotatividade não pode ser atribuída unicamente à vontade dos assentados de migrar para outra área, mas sobretudo pela necessidade de financiamentos, linhas de créditos específicas para os pequenos produtores rurais e assistência técnica. Perpassando ainda pela questão de se entender as causas que tem levado estas famílias a saírem do assentamento, bem como a chegada de muitas outras famílias.

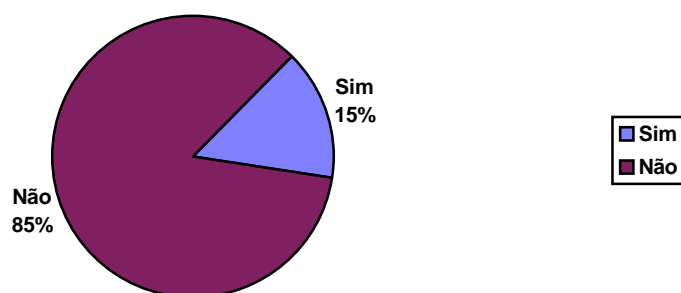
O novo grupo que chega ao assentamento encontra ainda uma dificuldade inicial para se instalar, obter financiamento, iniciar a produção e contar com condições de

vida dignas. Uma outra dificuldade enfrentada é quanto às culturas perenes que demoram a produzir.

Tais questões trazem para o debate a discussão em torno da velocidade com que se vem viabilizando o assentamento das famílias em áreas destinadas a reforma agrária, sem as condições necessárias para a real fixação da família na terra. Ao mesmo tempo, há urgência na apresentação de solução para os problemas mais graves enfrentados pelas famílias nestas áreas de assentamento.

Contudo, quando questionados quanto ao desejo de permanecer na área, o maior percentual é de assentados que não pretendem sair da área, 85% no 1º levantamento (1997), reduzido em 5% no 2º levantamento (1998), o que “revela” que a maioria das famílias vive em condições “melhores” que em outros contextos, em que pese às dificuldades enfrentadas principalmente no meio urbano, de onde vieram a maioria dos assentados⁵⁴, onde muitos passaram pela experiência de trabalhadores não-qualificados.

Gráfico 04 - Pretensão de saída do assentamento



Fonte: Grupo de Pesquisa de Tecnologias Alternativas - 1º Levantamento socioeconômico

Esta experiência, presente nas trajetórias de vida dos assentados do Iporá, não difere em suas essências das experiências vivenciadas por grande parte dos

⁵⁴ Segundo o grupo de pesquisa TECALT, 72% passaram pelo meio urbano antes de chegar ao assentamento.

segmentos rurais brasileiros que passaram pelos centros urbanos, tendo que fazer parte da grande massa de trabalhadores operários não-qualificados, na sua grande maioria se incorporou aos trabalhadores da construção civil, serventes de pedreiro, ou da indústria, faxineiros, vigias, entre outros. As dificuldades vividas no contexto urbano levam os assentados a terem esperanças de que, se hoje não está bom, um dia vai melhorar, revelando uma extraordinária capacidade de sempre (re)começar (D’Incao,1991).

No assentamento Iporá, as razões apontadas para justificar a decisão de manter-se na área como a melhor alternativa, na atual conjuntura foram diversas, sendo que se destacaram duas: a busca de melhores condições de vida e a possibilidade de trabalhar na agricultura, sendo que ambas se encontram intimamente relacionadas.

A satisfação dos assentados é composta por um conjunto de fatores complexos, entre eles o de conseguir o aumento da produção. Outro fato que pode estar relacionado ao desejo de permanecer na área é a origem da grande maioria dos assentados relacionada diretamente ao meio rural, uma vez que 47% afirmam que nasceram no interior do Estado do Amazonas, e mesmo os que vieram de outras regiões do país, afirmam, sempre ou quase sempre, terem lidado com a terra.

De certa forma, este desejo de permanência na área do assentamento, revela em certa medida, que o espaço social, meio urbano ou rural, onde moravam anteriormente não satisfazia as necessidades básicas (condições objetivas), e os “anseios” (condições subjetivas) dessas famílias que vêm experienciando um processo de saída e retorno para a área rural, sempre em busca de melhores condições de vida, com os projetos de dias melhores sempre esperados para o momento futuro.

Em contraposição, inúmeros fatores foram apresentados para justificar a pretensão de saída, sendo que, para a maioria, 18,52%, a falta de infra-estrutura, sobretudo de saneamento básico, assistência à saúde e energia elétrica pública apresenta-se como fator determinante.

Especificamente no caso dos assentamentos na Amazônia, ao abordar a questão da permanência das famílias nos projetos de assentamentos, Carvalho (1988) assinala o fato de que muitos dos projetos de assentamentos da região amazônica são realizados sem estudo prévio da área, prevalecendo assim a deficiência ou falta de meios de transporte, rede de escolas, acompanhada da precariedade dos serviços de saúde e da falta de assistência técnica, ocasionando assim um alto índice de rotatividade nestas áreas, tendo em vista as grandes carências materiais das populações que residem nos assentamentos. Este fato é confirmado pela fala de um dos assentados quando diz: "*Estamos num assentamento urbano [faz esta afirmativa em relação a proximidade com o meio urbano] que não tem urbanização(...) nós estamos num lugar que não tem muita infra-estrutura*" (T,2001).

Um outro aspecto que emerge enquanto dificuldade para os assentados permanecerem na área é de razão climática (seca). No período de sol forte (verão), pode-se perceber uma forte insatisfação e preocupação, principalmente no tocante à necessidade de água, tanto para a produção quanto para uso da família, passando a se constituir em outro fator que pode levar à saída da área. Neste caso, não basta ter acesso à terra, é necessário que se tenha condições de fazê-la produzir.

Outro fator que torna evidente a dificuldade de permanência no assentamento é revelado quando se questiona, nos levantamentos de 97/98, sobre o tempo de residência, em que 45% desses assentados estão morando na área em média de 01 a 02 anos, o que leva a identificar a existência de um número muito elevado de recém-chegados, na maioria dos casos substituindo famílias que moraram por um período breve no assentamento e não conseguiram superar as dificuldades enfrentadas, promovendo uma rotatividade de assentados na área.

Na pesquisa realizada no período de 2000/2001, a média de tempo de residência na área ficou entre 5 e 8 anos, sendo a maioria dos entrevistados 89%, enquanto que a menor percentagem, 10% dos entrevistados, tem em média três anos na área. Esta informação, no entanto, não pode ser generalizada para toda área do assentamento. Vale ressaltar que estes assentados têm conseguido se manter na área superando as dificuldades encontradas.

Estes aspectos relacionados a dificuldades para produzir, tempo de residência na área, entre outros, vão influenciar, ainda, na forma de organização sóciopolítica, bem como de produção na área do assentamento, na maioria das vezes negativa, dificultando, assim, a construção de um espaço social de iguais.

Em suas trajetórias, este segmento social vem se desenvolvendo a partir dos conhecimentos tradicionais e apreendidos das dificuldades muitas vezes enfrentadas nas novas áreas em que chegam, formas específicas de manejo dos recursos naturais para a produção e subsistência da família, assim como novas formas de organizações sóciopolíticas.

3.3. Dinâmica interna do Iporá: as relações socioculturais de produção e de uso da terra ⁵⁵

As formas de organização sociopolítica no meio rural brasileiro conquistam certa visibilidade sobretudo a partir da década de 50, com a constituição das ligas camponesas, a organização de movimentos populares de luta pela reforma agrária, a intensificação da expropriação do pequeno produtor familiar rural e exploração do trabalhador rural, pela forte presença do capital no campo, ressaltando que todas estas questões contribuem para maior organização sociopolítica deste segmento na busca e defesa dos seus direitos.

Na Amazônia e mais particularmente no Iporá, esta organização sociopolítica apresenta aspectos comuns com as lutas dos segmentos rurais como um todo, mas também assume singularidades regionais. Neste sentido, são diversas as formas de organizações existentes no Iporá com características marcadamente regionais em suas estruturas.

No contexto do assentamento, as comunidades apresentam uma estrutura no desenvolvimento de atividades coletivas de ajuda mútua, configurando um sistema

⁵⁵ Os dados aqui apresentados, foram atualizados a partir das informações constantes do relatório do grupo de Pesquisa de "Tecnologias Alternativas" de 1997/1998.

pautado por uma lógica de relações socioculturais particulares na qual os agentes sociais desenvolvem atividades como: reuniões, assembléias, mutirões (“ajuris”, “puxiruns”).

Um dos aspectos a serem destacados neste contexto diz respeito à participação dos assentados nas organizações, cuja média é de 60% com vínculo a algum tipo de organização existente na área do assentamento. A participação

" é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado. Como tal, é um processo dinâmico e contraditório. (...) A participação, longe de ser política de reprodução da ordem, é, sobretudo, questão social" (Souza, 1991:81).

Para Scherer-Warren (1993), a participação direta dos agentes sociais em grupos de reflexão contribui para o desenvolvimento de uma nova sociabilidade política, ao mesmo tempo que leva à formação de uma identidade social e política.

Neste sentido, pode-se conceber as organizações dos segmentos rurais como espaço de socialização política que possibilita

"em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade, a consciência de seus interesses direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais" (Grzybowski apud Chaves, 1995).

Desse modo, o acúmulo de experiência da participação nas organizações sociopolíticas possibilita um salto da consciência, levando à (re)elaboração ou (re)apropriação da cultura popular regional (Ibdem).

É interessante perceber a importância e necessidade atribuída, nas falas dos próprios assentados, do trabalho de grupo ou da comunidade "unida" como eles dizem.

"Aqui trabalhar só, é difícil. Eu vejo que se eu pegar um terçado e trabalhar sozinho eu canso rápido, mas se tiver 4 ou 5 do meu lado conversando e nós na enxada, a gente trabalha o dia todo e o trabalho aumenta mais. Então, a ideia é trabalhar em comunidade pra ver se a gente aguenta viver nessa terra, que não é fácil, pois nós estamos aqui abandonados" (G,2001).

"No interior, o trabalho é feito em puxirum, aqui é sozinho, não acho bom, lá o uso da terra é de conjunto" (J,2000).

Importa ressaltar que é através da participação nas organizações sociopolíticas que os diferentes segmentos rurais

"elaboram suas diferentes identidades sociais, ampliam a sua presença na arena política, impõem a sociedade o reconhecimento de sua existência e de sua cidadania" (Grzyboswki apud Chaves, 1995).

A dimensão de coletividade presente na comunidade não inviabiliza a manifestação da diversidade dos agentes sociais. Pelo contrário, provoca o exercício da convivência com o diferente, onde o grande desafio é a construção do novo dentro da diversidade de idéias e pensamentos. Assim, na comunidade, no grupo social, os membros, ao mesmo tempo em que são iguais, são também diferentes; ao passo que se completam no processo de luta por melhores condições de vida no campo, também divergem na construção da unidade na diversidade.

Nesta perspectiva, a comunidade, a organização social é o espaço de construção de identidades sociais, de projetos comuns, mas também de manifestação da diversidade, do diferente, é o espaço da emergência do comum e do diferente.

Neste sentido, compartilhamos da idéia posta por Heller (1982) ao afirmar que *“são belas e livres todas as formas de convivência humana nas quais a comunidade não obstaculiza, mas favorece o desenvolvimento harmônico das faculdades e carecimentos humanos.”*

Os líderes eleitos como representantes das organizações assumem papel central no processo de organização da comunidade e representação dos interesses locais diante dos agentes e interesses externos. Nesse sentido, a organização assume papel de grande relevância haja vista se constituir em espaço essencial no processo de fortalecimento das lutas assumidas pelo grupo.

Um dos aspectos que evidenciam o ponto comum existente na luta dos pequenos produtores familiares rurais brasileiros, é a luta por melhores condições de vida, de fixação e de trabalho no campo.

Importa destacar ainda que, em todas as lutas dos pequenos produtores familiares rurais, o objetivo não é apenas a aquisição da terra, mas principalmente e sobretudo as condições necessárias a sua própria fixação no campo. Neste sentido, Gomes (1996:1) afirma que

" não basta ter terra, nem mesmo jogar o colono nela sem dar as mínimas condições para produzir. A reforma agrária prescinde um plano de desenvolvimento, que não se faz com discursos vazios".

A organização sociopolítica⁵⁶ da área está presente desde o início da implantação do Projeto, os pequenos produtores vêm se organizando em associações, cooperativas, grupos de mulheres, cujas finalidades é conseguir a titulação da terra, ter acesso a crédito/financiamento, recursos que viabilizem o desenvolvimento da atividade produtiva e principalmente a concretização da infra-estrutura necessária no assentamento, o que revela a busca constante de condições de vida dignas. A vida no assentamento acaba sendo moldada por estes parâmetros.

⁵⁶ Conferir quadro do perfil das entidades político-organizativas. Anexo B.

O assentamento Iporá está dividido em várias comunidades, 14 no total, que possuem suas associações. Além das associações comunitárias existem duas cooperativas e um grupo de mulheres. O grande número de entidades organizativas no Iporá por um lado revela a pluralidade de concepções quanto às formas e finalidades que devem assumir as organizações, e por outro, acabam por evidenciar concretamente o enfraquecimento quando da necessidade da luta comum por uma reforma agrária radical, ocasionando muitas vezes, um certo esvaziamento na discussão e na luta.

O número de associações é muito dinâmico pelo contínuo reordenamento interno entre os comunitários que fundam novas associações de acordo com a necessidade, organicidade e relações de poder existentes na área.

Não só no contexto sociopolítico mas também na organização para o desenvolvimento das atividades produtivas, os pequenos produtores familiares rurais do Iporá têm demonstrado suas formas de uso e propriedade da terra no manejo dos recursos naturais.

3.3.1. ATIVIDADE PRODUTIVA E CULTURA

O desenvolvimento das atividades produtivas na Amazônia apresentam peculiaridades, haja vista terem suas bases nos conhecimentos herdados das populações indígenas, população tradicional da região e construtores de formas específicas de uso e apropriação dos recursos naturais da região.

A fim de poder garantir a subsistência da família, um aspecto a ser destacado no meio rural é o desenvolvimento da atividade produtiva. Aliado a esta atividade, é comum no meio rural o desenvolvimento de atividades de complementação da renda. Desse modo, faz-se necessária a percepção do real significado das atividades de obtenção de complemento da renda realizadas no meio rural através da caça, pesca e coleta de frutas e ervas da mata, sendo que esta são realizada sem uma frequência regular assegurada. Ainda assim, ajudam na subsistência da família e complementam

a renda.

Alguns autores definem esta forma de manutenção da família como estratégia de sobrevivência. Estas estratégias podem ser caracterizadas a partir de dois ângulos analíticos, como: "i) *mecanismo para aumento da renda*; ii) *formas de consumo em razão do orçamento familiar*" (Viana *apud* Chaves, 1996:11). A partir deste entendimento, as estratégias de sobrevivência têm suas bases na capacidade de diversificação, criatividade e de formação de diversas situações com caráter alternativo "criadas" pelos sujeitos envolvidos neste processo.

As atividades tidas enquanto complementares da renda familiar são atividades laborais secundárias à atividade apontada como principal - agrícola.

No Iporá, o roçado, sobretudo da mandioca para a produção da farinha, constitui-se na principal atividade produtiva desenvolvida, tendo em vista esta ser área de terra firme. O percentual de produtores que trabalham com o roçado é de 71,11%, sendo que este número não tem variado nos últimos quatro anos.

As atividades desenvolvidas como forma complementar à renda no Iporá, segundo os assentados, são: caça (porco, cutia, tatu) na mata fechada; coleta de frutas (uichí, piquiá, patauá, buriti, bacaba, açaí, leite de Amapá). Ressaltam que estes frutos são por períodos, têm a época certa de colher, o que não assegura regularidade de se ter a todo momento estes alimentos; utilizam-se, ainda, de vários tipos de plantas para tratamentos de doenças, algumas encontradas na mata fechada e outras cultivadas pelos próprios assentados; algumas senhoras afirmam cultivar horta para ajudar no preparo dos alimentos.

Uma outra forma que os assentados têm encontrado para garantir a subsistência, quando não conseguem a produção necessária, é a fabricação de carvão ou corte de lenha para a comercialização fora do assentamento. Vale ressaltar que estas atividades não são desenvolvidas em grande escala, mas apenas para ajuda no sustento da família. Afirmam, ainda, não terem alternativas de renda para o sustento da família, necessitando desenvolver este tipo de atividade em alguns momentos.

A produção da mandioca para a fabricação da farinha, além de fazer parte do hábito alimentar das pessoas da região, tem a ver com a cultura popular, com as relações socioculturais que se estabelecem na Amazônia. Segundo Castro (1997), o desenvolvimento da atividade produtiva no meio rural

“faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligada, facilitando encontros interfamiliares, realização de festas, perpetuação de rituais e outras modalidades de trocas não econômicas” (p.224).

Um dos assentados entrevistados afirma que produz a farinha " *é por que gosto de produzir, porque só gosto de comer a que eu faço*" (T,2000), diz que toda família é envolvida na produção. Segundo eles, mexer uma fornada de farinha não é tarefa fácil.

É interessante notar que o desenvolvimento das atividades produtivas não está dissociado das manifestações sociais e culturais vividas pelos amazônidas. No caso do PAI, a produção agrícola está centrada no trabalho familiar. Há ainda ¼ das famílias que têm mais de 03 (três) pessoas envolvidas nas atividades produtivas. Tal situação não é diferente da realidade de outros assentamentos em que o trabalho é fundamentalmente de base familiar, não envolvendo a compra de mão-de-obra externa à família, em muitos casos por falta de condições de implementar maquinárias ou colocar um maior número de pessoas para trabalhar na produção.

No tocante ao desenvolvimento da atividade produtiva, os pequenos produtores rurais da Amazônia o fazem em sistemas de mutirão, puxirum, ajuri, expressões que denotam o trabalho realizado em conjunto nas comunidades rurais da região. Desenvolvem dessa maneira formas de uso e apropriação dos recursos naturais específicos, a partir dos saberes e conhecimentos apreendidos em suas trajetórias.

É relevante ressaltar, contudo, que as formas de desenvolvimento das atividades produtivas vão ser diferenciadas para os que residem nas áreas de várzea e

de terra firme, em ambos os casos pode-se perceber peculiaridades quanto ao manejo dos recursos naturais por parte das populações.

A fala dos assentados retrata esta diferenciação quando afirmam que,

"no interior, o sistema de produção é o puxirum. Acho melhor do que trabalhar isolado, sozinho. Lá o uso da terra é coletivo" (J,2000).

A fala deste assentado reflete bem a diferenciação que os pequenos produtores familiares rurais oriundos de áreas ribeirinhas do interior do Estado do Amazonas fazem entre a área de várzea e a de terra firme, a primeira é o interior a segunda não. O que nos permite visualizar ainda o uso e a propriedade da terra que, nestas realidades se configuram de maneira diferente.

Nas áreas de várzea as formas de ocupação da terra são tradicionais, seguem a natureza, em geral as famílias ocupam as margens dos rios com as moradias e demarcam áreas dentro da mata para o plantil do roçado e a realização de caça, a ocupação e utilização da terra são coletivas, em alguns casos podem encontrar em um "beiradão" de rio famílias numerosas que formam uma comunidade. Em contraposição, na área do assentamento a propriedade e uso da terra é individualizada, parcializada para cada pequeno produtor e sua família, a lógica que regula o assentamento, que distribui a área em lotes não é regida pela natureza, como é o caso da ocupação tradicional, mas obedece a uma outra lógica; o da de produção.

Os assentados sentem a diferença e expressam através das falas, como relata um deles

"Aqui o trabalho é mais devagar e cansativo, o manejo da terra firme é mais demorado" (T, 2000).

A partir deste entendimento da realidade na qual se encontram inseridos, as formas de manejo dos recursos naturais também vão se dar de forma diferenciada

entre a área de várzea e a de terra firme, sendo que as práticas permanecem sendo pautadas pelos conhecimentos e aprendizados adquiridos em suas trajetórias de vida.

3.3.2. Manejo dos recursos naturais: saberes tradicionais e conhecimentos apreendidos

Herança das populações indígenas que formavam a Amazônia, a variedade de formas de uso e apropriação dos recursos naturais podem ser identificados, ainda nos dias atuais, na prática de organização da atividade produtiva dos pequenos produtores familiares rurais enquanto frutos dos saberes elaborados por estes segmentos sociais em sua vivência na região.

Essas formas e saberes, contudo, não se constituem em leis ou regras que devem ser seguidas criteriosamente, mas dentro das comunidades, na própria região. A dinâmica do modo de produção e apropriação do espaço físico traz os saberes e conhecimentos herdados ao mesmo tempo que ganha singularidades, que é enriquecida com saberes dos sujeitos envolvidos neste processo. Neste sentido, o modo de vida de cada localidade contribui para a formação e construção da identidade sociocultural desses sujeitos.

Nesta perspectiva de análise, a cultura material das populações da região tem suas bases nos desenvolvimentos tecnológicos de produção agrícola tradicional das sociedades indígenas. Os pequenos produtores familiares rurais herdam um conjunto de técnicas produtivas e de organização social como preparo da farinha, coleta de frutos, caça de animais e material para habitação (palha e tábuas), técnicas de pesca e extração de matérias-primas para a confecção de peças artesanais e utensílios domésticos, como também outros conhecimentos presentes nas práticas das populações amazônicas (Chaves,2001).

No Iporá, as atividades produtivas tradicionais são regidas e reguladas pelos diferentes ciclos da natureza, uma vez que para cada período do ano (meses) existem atividades específicas a serem desenvolvidas, como por exemplo à preparação do

roçado que, conforme descrição dos próprios assentados, é desenvolvida da seguinte forma:

Quadro 02 - Períodos de preparação do roçado

MESES/ANO	ATIVIDADE PRODUTIVA
maio/junho	Broca (roça do mato fino)
julho/agosto	Derriba (roça da madeira grossa)
setembro/outubro	Queimada
novembro/dezembro	Plantio
janeiro/fevereiro	Capina ⁵⁷

Fonte:Rodrigues Débora,2001.

Importa salientar que este conhecimento, referente ao modo de produção na região, vem sendo repassado de pais para filhos, como muitos produtores afirmam: "*meus pais trabalhavam na agricultura, aprendi assim*" (T,2001). Ressalta-se porém, que estes saberes encontram suas bases reais nas formas de organização da produção indígena e migrante.

Um exemplo disto é que, quando questionados sobre como aprenderam, adquiriram tais conhecimentos, os assentados afirmam que:

"Dos 8 anos aos 13 anos eu ajudei meu pai na lavoura, meu pai era seringueiro, e ajudava ele na roça" (F, 2001)

"Trabalhei toda vida em agricultura, nunca trabalhei de empregada" (M, 2001)

Um assentado de origem gaúcha afirma que "*no Sul é do mesmo jeito, muda às vezes o período do ano para plantio, tem que observar o clima para ver se pode plantar*" (J,2001). Neste caso, percebe-se que, mesmo sendo detentores de um conhecimento quanto aos períodos do ano e das atividades a serem desenvolvidas em

⁵⁷ Esta atividade, segundo os produtores, tem que ser desenvolvida constantemente até a colheita.

cada um deles para a preparação do roçado, se faz necessária a observação do clima, do tempo, para poder proceder ao preparo da terra e plantio. O referido assentado diz ainda, que "*aqui não dá pra fazer como eu fazia lá, por causa da terra e as condições que não tem*", o que demonstra o reconhecimento das diferenças no lidar com a terra, sendo diferenciado em cada região.

Um outro aspecto a ser destacado nas formas de uso e apropriação dos recursos naturais pelos assentados é que este apropriar-se não tem suas bases nas relações puramente econômicas, mas sobretudo no respeito à dinâmica própria da natureza, bem como no preenchimento das necessidades de reprodução física e social do grupo familiar, conforme destaca um dos assentados quando afirma "*eu preciso viver o tempo todo de agricultura*" (T,2001). Neste sentido, a relação que estabelecem com a natureza - terra, é particularmente de vida.

CAPÍTULO IV – Amazônia: (re)construção da relação homem - natureza

A questão agrária no Brasil, historicamente, tem assumido um caráter de exclusão de grande parte da população do meio rural, podendo ser identificados alguns marcos históricos referentes a esta questão, como é o caso do sistema de "sesmaria", implementado ainda no período colonial, mas que prevaleceu durante o período de 1530 a 1822, quando grandes extensões de terras eram concedidas a particulares. O segundo marco é o da Lei de Terras de 1850, que regulamenta a discriminação de terra devolutas e disciplina as formas de acesso à propriedade de terras públicas, mas seu caráter principal está em estabelecer a posse de terra somente mediante a compra, transformando assim a terra em mercadoria.

Os conflitos em torno da questão do uso e posse da terra acirram-se, sobretudo a partir de 1850 com a Lei de Terras, entre os latifundiários escravistas e os posseiros que não tinham como adquirir terra para plantar e garantir a subsistência da família, ficando estes subjugados a situação de agregados nas grandes fazendas.

Diante das pressões exercidas pelos camponeses e com agravamento dos

conflitos na década de 60, pode-se identificar o terceiro marco histórico da questão agrária brasileira, agora elaborada enquanto proposta de uma política de reforma agrária, sendo esta apresentada no Estatuto da Terra, criado a partir da Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Este Estatuto, contudo, não questiona a propriedade da terra, principal reivindicação dos segmentos rurais; visa defender a empresa agrícola e responder a visão desenvolvimentista da agricultura que se implantava no país neste período. Ao contrário, constituiu-se em instrumento utilizado durante os vinte anos de autoritarismo para consolidar a grande propriedade capitalista, contribuindo para a ampliação e proteção dos latifúndios.

A discussão em torno da construção de uma política de reforma agrária para o Brasil tem perpassado vários governos, desde a década de 60 até os dias atuais, sem contudo viabilizar do ponto de vista dos pequenos produtores familiares rurais, uma verdadeira reforma agrária que questione e resolva, sobretudo, a questão da concentração de terras no país, que vem se consolidando desde o período colonial com a utilização do sistema de "sesmaria".

Na Amazônia, a questão agrária assume contornos particulares, ao mesmo tempo em que é resultado de uma política agrária maior pensada para o país. Assim, a região é visualizada pelos planos e projetos do governo brasileiro, sobretudo a partir da década de 60 com os governos militares, não para a implementação de uma política de reforma agrária, mas enquanto área de fronteira que precisava ser "ocupada". O slogan deste período era "integrar para não entregar".

Nesta perspectiva, vários foram os projetos de colonização criados e implementados na região amazônica, que tinham como pano de fundo questões políticas, sendo a principal delas desmobilizar a população rural das áreas de maior concentração de conflitos na luta pela terra. É importante destacar que este processo de colonização da Amazônia traz um grande número de migrantes de várias partes do país para a região, sendo os nordestinos o maior contingente.

Assim, pode-se perceber que a Amazônia é ocupada por uma diversidade de grupos étnicos e por populações tradicionais, historicamente constituídas a partir dos

vários processos de colonização e miscigenação por que passou a região. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o homem amazônico é hoje resultado de muitas misturas, entre diferentes povos e etnias; é resultado de todo este processo de colonização por que tem passado a Amazônia. Para Morán(1990), esta heterogeneidade da populações da Amazônia reflete, ainda, a diversidade do ambiente.

Neste sentido, a Amazônia nem é somente ambiente físico, nem somente ambiente humano, mas se constitui em um todo complexo que envolve aspectos políticos e sociais; é resultado, fruto de toda uma construção histórica do estabelecimento de relações dos homens entre si e com a natureza.

Assim, os vários segmentos sociais que compõem a Amazônia hoje não são homogêneos, mas apresentam uma diversidade, pluralidade, que coloca em evidência as particularidades regionais com base nos conhecimentos tradicionais, herdados das populações indígenas da região, em consonância com os saberes e conhecimentos apreendidos historicamente de outros povos e culturas que se fizeram e fazem presentes na Amazônia nos dias atuais. A influência destes outros povos, principalmente a portuguesa, faz surgir a cultura regional dos caboclos amazônicos (Morán,1990).

Esta "nova" cultura pode ser visualizada enquanto síntese dos conhecimentos produzidos e assimilados pela sociedade sobre o meio em que vive, sendo esta mediatizada pela relação dos homens entre si, bem como por suas inter-relações com a natureza (Chaves,2001). Neste caso, as relações homem-natureza encontram-se mediadas pela cultura, por experiências acumuladas pelos povos *"ao longo de gerações e pelos valores sociais e políticos que a sociedade impôs a tais relações"* (Morán,1990:30)

Estes aspectos da relação homem-natureza na Amazônia puderam ser identificados neste estudo, a partir da trajetória de vida dos assentados do Iporá, nas formas de uso e propriedade da terra, nas organizações sociopolíticas e da atividade produtiva deste segmento social, cuja grande maioria tem sua origem ligada ao meio

rural, tendo por base de conhecimentos o lidar com a roça, o fazer dos pais, o ajudar desde cedo na atividade produtiva da família.

"Eu trabalhei desde 8 anos de idade, eu era parceiro do meu pai, de carregar adubo pra ele, colocar nas covas, eu não saía de perto do meu pai" (T,2001).

"Mas nasci e me criei na agricultura,(...) eu aprendi a trabalhar na área que eu nasci" (J,2001).

A relação que estes assentados estabelecem com a natureza é pautada sobretudo no respeito a sua própria dinâmica. O lidar com a terra, para os assentados do Iporá, é garantia da própria subsistência, a produção e reprodução social do seu grupo familiar. É uma relação particularmente de vida.

BIBLIOGRAFIA

- ❖ ANDRADE, Manuel Correia. **Lutas Camponesas no Nordeste**. Série Princípios, São Paulo: Editora Ática, 1986.
- ❖ _____. **Abolição e Reforma Agrária**. série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- ❖ BERRY, Thomas. **O Sonho da Terra**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- ❖ CHAVES, Maria do P. Socorro Rodrigues. In. **Uma Experiência de Gestão Participativa de Tecnologias Apropriadas na Amazônia**: o Assentamento Iporá. UNICAMP, 1997. fotocopiado,
- ❖ _____. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão de tecnologias apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do Assentamento de Reforma Agrária Iporá. Campinas : UNICAMP, 2001. Tese de Doutorado.
- ❖ _____. In. **Reforma Agrária e os Assentamentos rurais**. Campinas, UNICAMP, 1997. fotocopiado
- ❖ _____. **De "Cativo" a "Liberto"**: o processo de constituição sócio-histórica do seringueiro no Amazonas. Campina Grande: Universidade da Paraíba - Centro de Humanidades: 1994. Mestrado em Sociologia
- ❖ _____ et al. **Fundação Universidade do Amazonas. Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas no Projeto de Assentamento Iporá**. Manaus/Am: Fundação Universidade do Amazonas, 1995, Relatório de Atividades.
- ❖ _____. **"Assessoramento do Componente de Envolvimento Comunitário em Roteiro Ecoturístico e Monitoramento do Projeto (de Ecoturismo em) Silves"** ("Silves; A Community Eco-Tourism Project In The Brazilian Amazon"). Campinas/SP, 1996, Segundo Relatório de Avaliação.
- ❖ CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas., 3 ed. São Paulo: Editora Moderna, 1982.
- ❖ CHAUI, Marilena [e outros]. Série **Tempo de Pensar – Política Cultural**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- ❖ COSTA, Anita Aline A. **Agricultura e expansão capitalista**. Revista Serviço Social e Sociedade, Ano VI, N. 27, São Paulo, setembro de 1988.

- ❖ DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada** – São Paulo: HUCITEC, 1996.
- ❖ D'ÍNCAO, M^a Conceição. **A Experiência dos Assentados**: uma contribuição ao debate político da Reforma Agrária. Lua Nova – Revista de Cultura e Política, nº 23, Março/1991.
- ❖ D'INCAO, Maria Ângela [et al.]. **A Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- ❖ DIÓGENES, Glória [et al.]. **Cultura e Subjetividade**. João Pessoa : Ed. Universitária/UFPB,1996.
- ❖ ENGELS, Friedrich, 1820-1895. **A Dialética da Natureza**; prólogo de J. B. S. Haldane. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ❖ FERRANTE, Vera Lúcia Botta. **Diretrizes Políticas dos Mediadores**: reflexões de pesquisas. **In**: Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar / organizadores – Leonilde Medeiros.... et alli – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista,1994.
- ❖ FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- ❖ FERNANDES, Maria Esther. **A "História de Vida" como instrumento de captação da realidade social**. Cadernos CERU, São Paulo, N. 6 - Série 2, 1995.
- ❖ FONSECA, Silva Guimarães. **Ser professor no Brasil**: história oral de vida. Campinas: Papyrus, 1997.
- ❖ GEHLEN, Ivaldo. **A Participação nos assentamentos de trabalhadores rurais**. **In**. Alternativas Metodológicas: participação e educação. Contexto e Educação – Revista trimestral de idéias e práticas sociais transformadoras. Ano I, nº 2 – Abr/Jun de 1996. RS: Universidade de IJUÍ, Editora UNIJUI.
- ❖ GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Editora Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- ❖ GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia** – São Paulo: Marco Zero, 1994.
- ❖ GOMES, Socorro. **A Questão Agrária no Brasil** – Pronunciamento da Deputada, Socorro Gomes no Grande Expediente da Câmara dos Deputados em 09 de Agosto de 1996. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1996 - (Série Ação Parlamentar, Nº 62).

- ❖ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 5 ed., São Paulo : Contexto, 1996. (Coleção temas atuais).
- ❖ JÚNIOR, Caio Prado. **A Questão Agrária no Brasil.** 2 ed. São Paulo Brasiliense, 1979.
- ❖ JÚNIOR, Raul David do Valle. **Reforma Agrária Brasileira: síntese histórica e impasse atual.** São Paulo em Perspectiva - Revista da Fundação SEAD, n. 02, São Paulo, vol. 11, p. 35-41, abril-junho/1997.
- ❖ KOSMINSK, Ethel. **Pesquisas Qualitativas** - a utilização da técnica de história de vida e de depoimentos pessoais em Sociologia. Revista Serviço Social e Sociedade, Ano VI, N. 19, São Paulo, dezembro de 1985.
- ❖ LANG, Alice Beatriz da S. G. (org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica.** São Paulo : CERU, 1992.
- ❖ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: estado, homem, natureza.** Belem: CEJUP, 1992. (Coleção Amazoniana, nº 1)
- ❖ LIMA, Jacob Carlos (Org). ...[et al]. **Trabalho, sociedade e Meio Ambiente.** – João Pessoa: Ed. Universitária./UFPB, 1996.
- ❖ LUSTOSA, Maria das Graças Osório Pitombeira. **O Estado e a Questão Agrária:** algumas reflexões sobre a reforma agrária brasileira no âmbito de um programa de desenvolvimento rural no Piauí. Caderno de Comunicações - IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Goiânia, Vol.1, p. 464-467, julho 1998.
- ❖ MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil** – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1990.
- ❖ MEDEIROS, Leonilde...[Et al.]. – **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista - UNESP, 1994. – (Prismas).
- ❖ NEVES, Walter. **Antropologia Ecológica:** um olhar materialista sobre as sociedades humanas – São Paulo: Cortez, 1996. – (Questões da nossa época, v. 59).
- ❖ NOBRE, Gismário Ferreira [et al.]. **A Questão Agrária no Brasil.** Revista Serviço Social e Sociedade, Ano VI, N. 19, São Paulo, dezembro de 1985.

- ❖ OLIVEIRA, Zirza M^a de. **Apontamentos para análise do PNRA-NR**. In. Revista Serviço Social e Sociedade, Nº 26, Cortez editora, 1988.
- ❖ OLIVEIRA, Paulo Sales de (org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. Editora Hucitec: São Paulo, 1998.
- ❖ PRANDEL, Alfeo. **Movimentos Sociais Rurais Frente ao Neoliberalismo** (Mimeo). Campo Grande/MS, 1995.
- ❖ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1983.
- ❖ RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **Caminhada e Esperança da Reforma Agrária – A Questão da Terra na Constituinte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ❖ REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. – Questões da nossa época; v. 41.
- ❖ ROCHA, Regina e APEL, Marcelo. **Onde estão os nossos sonhos?** Um estudo sobre o assentamento rural de Vitória da União. Cadernos de Educação popular nº 20. Petrópolis \ RJ: Vozes, 1992.
- ❖ ROMEIRO, Adhemar; Carlos Guanziroli; Sérgio Leite (orgs.). **Reforma Agrária: produção, emprego e renda**. 2 edição, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- ❖ SILVA, José Graziano. **O Que é questão Agrária**. 18 edição, Coleção Primeiros Passos, Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994.
- ❖ SAMPAIO, Plínio de Arruda. **“Política de Reforma Agrária e Políticas Agrícolas Relacionadas à Reforma Agrária no Brasil”**. Agricultura e Sociedade: uma abordagem a partir do parlamento.
- ❖ SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**. 2 ed. São Paulo: Editora Marco Zero, 1994.
- ❖ SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- ❖ SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura brasileira**. Rio de Janeiro : Guanabara, 1986.
- ❖ STÉDILE, João Pedro. **“Ocupações: a estratégia mais eficaz para a Reforma Agrária”**. Agricultura e Sociedade: uma abordagem a partir do parlamento (Idem).
- ❖ THIOLENT, Michel. **Crítica Metodológica: investigação Social e enquete operária**. São Paulo: Pólis, 1982.

- ❖ VESENTINI, José William. **Geografia, natureza e sociedade**. 3 ed. São Paulo : Contexto, 1992. – (Coleção Repensando a Geografia)
- ❖ WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. São Paulo : Contexto, 1992. – (Caminhos da Geografia).
- ❖ WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. – 3 ed. Belo Horizonte : Itatiaia ; São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

DOCUMENTO

AnteProjeto de Assentamento IPORÁ. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária
MARA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO AMAZONAS – SR – 15.1991